

Rede Energia Participações S/A | Resultados do 3º trimestre de 2021

Cataguases, 11 de novembro de 2021 - A Administração da Rede Energia Participações (“Rede Energia”, “REDE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T21) e dos primeiros nove meses de 2021 (9M21). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

1. Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Rede Energia Participações S/A tem como base dos seus negócios a distribuição de energia elétrica, sendo responsável por quatro distribuidoras localizadas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.



4,1 milhões
Clientes Cativos



1.135
Clientes Livres



9,7 milhões
de Habitantes



1.541.351
Km²



8.702
Colaboradores
6.035 próprios e
2.667 terceirizados



436
Municípios

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro consolidado da Companhia:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
Receita Operacional Bruta	6.223,2	4.236,2	+ 46,9	16.096,6	11.993,5	+ 34,2
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	5.814,3	4.035,2	+ 44,1	15.163,3	11.413,7	+ 32,9
Receita Operacional Líquida	4.471,0	2.803,6	+ 59,5	11.127,3	7.793,9	+ 42,8
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	4.062,2	2.602,6	+ 56,1	10.194,0	7.214,1	+ 41,3
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	925,2	644,8	+ 43,5	2.348,7	1.207,3	+ 94,5
EBITDA	1.084,3	799,2	+ 35,7	2.821,8	1.674,4	+ 68,5
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	1.152,3	866,6	+ 33,0	3.029,4	1.834,3	+ 65,1
Resultado financeiro	(240,1)	(14,0)	+ 1.620,5	(334,8)	(198,4)	+ 68,7
Lucro Líquido	534,0	511,8	+ 4,3	1.574,1	769,3	+ 104,6
Indicadores Operacionais						
Número de Consumidores Cativos (mil)	4.091,3	3.978,4	+ 2,8	4.091,3	3.978,4	+ 2,8
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽²⁾	4.248,7	4.310,4	- 1,4	12.839,9	12.950,0	- 0,9
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽²⁾	5.577,2	5.482,2	+ 1,7	16.641,7	16.200,7	+ 2,7
Indicador Relativo						
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	25,8	30,9	- 5,1 p.p.	27,2	23,5	+ 3,7 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
	30/09/2021	31/12/2020	Var. %			
Ativo Total	24.082,5	21.653,4	+ 11,2			
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	1.669,7	3.966,5	- 57,9			
Patrimônio Líquido	5.260,5	5.731,4	- 8,2			
Endividamento Líquido ⁽¹⁾	6.231,1	4.751,9	+ 31,1			

(1) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia | (2) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. Desempenho operacional

3.1 Mercado de energia

No trimestre, o consumo consolidado de energia elétrica no mercado cativo e livre (5.577,2 GWh) das distribuidoras da Rede Energia um crescimento de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando o fornecimento não faturado, o volume se situa em 5.696,4 GWh, o que significa um aumento de 1,0% na mesma base de comparação. Todas as distribuidoras registraram crescimento do consumo de energia no trimestre, exceto a EMS.

Na ESS, o resultado foi impulsionado, principalmente, pelas classes industrial (+4,1% ou 12,4 GWh), alta direcionada sobretudo pela cadeia automotiva, têxtil e setor alimentício, comercial (+6,4% ou 11,1 GWh), motivada pela flexibilização de restrições sanitárias devido ao avanço da vacinação, e rural (+2,2% ou 2,0 GWh), direcionada por cítricos e ovos.

Na EMT, as maiores contribuições ao avanço do consumo de energia foram resultantes das classes comercial (+9,5% ou 37,5 GWh), motivada pela flexibilização de restrições para clientes de alto consumo (Shoppings) com o avanço da vacinação no país e rural (+0,9% ou 3,9 GWh), direcionada pela produção de algodão e grãos. A classe residencial apresentou recuo de 0,1% com o clima mais ameno nos meses de julho e agosto e calendário menor em julho, a classe industrial, por sua vez, apresentou recuo de 1,6%, direcionado pelos segmentos de minerais não metálicos e alimentícios - que possuem base elevada no mesmo período do ano passado.

Na EMS, o resultado foi direcionado principalmente pelas classes residencial (-2,4 ou 11,4 GWh) e comercial (-1,9% ou 4,7 GWh), afetadas pela frente fria em julho e agosto e lockdown em algumas cidades no final do mês de maio. As classes rural e industrial compensaram parte da queda, apresentando resultado +0,9% (1,3 GWh) e +0,9% (3,3 GWh), respectivamente.

Na ETO, o resultado foi direcionado pela classe industrial (+12,2% ou 11,4 GWh), impulsionada pelo agronegócio, mineração e empresas de calcário, e comercial (+10,3% ou 10,4 GWh), puxada pela flexibilização de restrições para estabelecimento comerciais diante do avanço da vacinação e base baixa de comparação. As classes residencial, rural e outros também apresentaram crescimento de +1,9 (5,3 GWh), +0,2 (0,2 GWh) e +4,0 (3,3 GWh), respectivamente.

A composição do mercado de energia das distribuidoras da Rede Energia no trimestre foi a seguinte:

Mercado de Energia Consolidado

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	4.248,7	4.310,4	- 1,4	12.839,9	12.950,0	- 0,9
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.328,6	1.171,8	+ 13,4	3.801,8	3.250,6	+ 17,0
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	5.577,2	5.482,2	+ 1,7	16.641,7	16.200,7	+ 2,7
✓ Consumo não faturado	119,2	156,3	- 23,7	(33,0)	2,8	-
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	5.696,4	5.638,4	+ 1,0	16.608,7	16.203,4	+ 2,5

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Mercado Cativo Faturado por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
Residencial	1.885,3	1.893,5	- 0,4	5.923,3	5.835,3	+ 1,5
Industrial	1.343,1	1.325,1	+ 1,4	3.917,1	3.717,3	+ 5,4
✓ Cativo Industrial	309,5	352,5	- 12,2	887,7	997,6	- 11,0
✓ Livre Industrial	1.033,6	972,7	+ 6,3	3.029,5	2.719,7	+ 11,4
Comercial	973,4	919,2	+ 5,9	2.974,7	2.906,0	+ 2,4
✓ Cativo Comercial	778,5	790,4	- 1,5	2.438,0	2.539,0	- 4,0
✓ Livre Comercial	194,9	128,8	+ 51,3	536,7	367,0	+ 46,2
Rural	781,5	774,1	+ 1,0	2.016,2	1.984,4	+ 1,6
✓ Cativo Rural	732,4	740,0	- 1,0	1.925,6	1.914,3	+ 0,6
✓ Livre Rural	49,1	34,1	+ 44,2	90,7	70,2	+ 29,2
Outros	593,9	570,2	+ 4,2	1.810,3	1.757,6	+ 3,0
✓ Cativo Outros	543,0	533,9	+ 1,7	1.665,3	1.663,9	+ 0,1
✓ Livre Outros	50,9	36,2	+ 40,5	144,9	93,7	+ 54,6
1 Vendas de energia no mercado cativo	4.248,7	4.310,4	- 1,4	12.839,9	12.950,0	- 0,9
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	1.328,6	1.171,8	+ 13,4	3.801,8	3.250,6	+ 17,0
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	5.577,2	5.482,2	+ 1,7	16.641,7	16.200,7	+ 2,7
4 Fornecimento não faturado	119,2	156,3	- 23,7	(33,0)	2,8	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	5.696,4	5.638,4	+ 1,0	16.608,7	16.203,4	+ 2,5

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3.2 Consumo por região

Do total das vendas no mercado cativo e livre no trimestre, 68,9% foram vendidos na região Centro-Oeste, 19,1% na região Sul Sudeste e 12,0% na região Norte.

Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região (GWh)

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
Região Norte	667,1	636,6	+ 4,8	1.882,3	1.798,3	+ 4,7
Energisa Tocantins (ETO)	667,1	636,6	+ 4,8	1.882,3	1.798,3	+ 4,7
Região Centro-Oeste	3.843,4	3.801,2	+ 1,1	11.408,1	11.212,3	+ 1,7
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.477,8	2.430,1	+ 2,0	7.103,9	6.971,3	+ 1,9
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.365,6	1.371,2	- 0,4	4.304,2	4.241,0	+ 1,5
Região Sul/Sudeste	1.066,7	1.044,4	+ 2,1	3.351,3	3.190,1	+ 5,1
Energisa Sul-Sudeste (ESS)	1.066,7	1.044,4	+ 2,1	3.351,3	3.190,1	+ 5,1
Total Energisa	5.577,2	5.482,2	+ 1,7	16.641,7	16.200,7	+ 2,7

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3.3 Clientes por concessionária

A Rede Energia encerrou o trimestre com 4.091.280 unidades consumidoras cativas, 2,8% superior a quantidade registrada no mesmo período do ano anterior. A carteira de consumidores livres atingiu 1.135 clientes.

Número de consumidores Cativos e Livres por Região

Distribuidoras	Número de Consumidores								
	Cativos			Livres			Total		
	3T21	3T20	Var. %	3T21	3T20	Var. %	3T21	3T20	Var. %
Região Norte	629.261	615.682	+ 2,2	114	74	+ 54,1	629.375	615.756	+ 2,2
✓ ETO	629.261	615.682	+ 2,2	114	74	+ 54,1	629.375	615.756	+ 2,2
Região Centro-Oeste	2.627.218	2.548.625	+ 3,1	736	518	+ 42,1	2.627.954	2.549.143	+ 3,1
✓ EMT	1.547.999	1.490.257	+ 3,9	422	301	+ 40,2	1.548.421	1.490.558	+ 3,9
✓ EMS	1.079.219	1.058.368	+ 2,0	314	217	+ 44,7	1.079.533	1.058.585	+ 2,0
Região Sul/Sudeste	834.801	814.090	+ 2,5	285	214	+ 33,2	835.086	814.304	+ 2,6
✓ ESS	834.801	814.090	+ 2,5	285	214	+ 33,2	835.086	814.304	+ 2,6
Total Energisa	4.091.280	3.978.397	+ 2,8	1.135	806	+ 40,8	4.092.415	3.979.203	+ 2,8

Número de Clientes Residenciais - Convencional e Baixa Renda

Distribuidoras	Número de Clientes Residenciais								
	Convencional			Baixa Renda			Total de Clientes Residenciais		
	3T21	3T20	Var. %	3T21	3T20	Var. %	3T21	3T20	Var. %
Região Norte	378.078	370.276	+ 2,1	150.461	143.749	+ 4,7	528.539	492.938	+ 7,2
✓ ETO	378.078	370.276	+ 2,1	150.461	143.749	+ 4,7	528.539	492.938	+ 7,2
Região Centro-Oeste	1.747.384	1.707.944	+ 2,3	354.978	325.638	+ 9,0	2.102.362	1.957.514	+ 7,4
✓ EMT	1.032.906	997.685	+ 3,5	178.747	164.769	+ 8,5	1.211.653	1.115.930	+ 8,6
✓ EMS	714.478	710.259	+ 0,6	176.231	160.869	+ 9,5	890.709	841.584	+ 5,8
Região Sul/Sudeste	616.540	607.147	+ 1,5	94.841	85.985	+ 10,3	711.381	693.132	+ 2,6
✓ ESS	616.540	607.147	+ 1,5	94.841	85.985	+ 10,3	711.381	693.132	+ 2,6
Total Energisa	2.742.002	2.685.367	+ 2,1	600.280	555.372	+ 8,1	3.342.282	3.143.584	+ 6,3

3.4 Balanço de Energia

Balanço de Energia - Distribuidoras da Rede Energia Participações S/A

Balanço de Energia Valores (GWh)	9M21				
	ETO	EMT	EMS	ESS	Consolidado
(a) Energia Total Vendida (a=b+c+d)	1.603,7	5.582,6	3.186,6	2.463,3	12.836,3
(b) Energia vendida mercado cativo	1.587,5	5.558,2	3.244,7	2.449,4	12.839,9
✓ Residencial	828,5	2.409,7	1.519,7	1.165,4	5.923,3
✓ Industrial	62,5	424,7	200,0	200,5	887,7
✓ Comercial	266,4	1.043,1	651,4	477,2	2.438,0
✓ Rural	204,2	992,6	457,3	271,4	1.925,6
✓ Serviço público e consumo próprio	226,0	688,1	416,3	335,0	1.665,3
(c) Consumo não faturado	16,2	24,4	(58,1)	(15,4)	(33,0)
(d) Suprimento a concessionárias	-	-	-	29,3	29,3
(e) Energia injetada (e=a+f+g+h)	2.232,5	8.773,0	5.049,7	3.731,8	19.786,9
(f) Transporte energia clientes livres (TUSD)	294,7	1.545,7	1.059,5	901,9	3.801,8
(g) Intercâmbio de energia	6,9	2,3	17,6	59,4	86,2
(h) Perdas na distribuição	327,2	1.642,4	786,1	307,1	3.062,7
Geração Distribuída	88,2	686,2	253,9	107,7	1.136,1
(i) Perdas na Rede Básica	29,7	95,7	54,5	148,7	328,6
(j) Venda de Energia CCEE	51,4	1.167,7	433,6	94,4	1.747,2
(k) Energia Recebida Total (k=a+h+i+j)	2.012,1	8.488,4	4.460,7	3.013,6	17.974,8

3.5 Portfólio de Contratos

Portfólio de Contratos - Distribuidoras da Rede Energia

Descrição Valores (GWh)	9M21				
	ETO	EMT	EMS	ESS	Consolidado
(a) Energia comprada	1.934,5	7.393,6	4.232,0	2.938,9	16.499,0
✓ Bilaterais modelados	147,6	1.795,0	294,0	442,7	2.679,3
✓ Leilões de Energia e mecanismos	1.219,1	2.634,9	2.073,1	1.048,2	6.975,3
✓ Cotas de ITAIPU	-	1.085,8	714,8	566,3	2.366,9
✓ Cotas de PROINFA	37,6	135,0	79,4	58,6	310,6
✓ Cotas de ANGRA	59,8	206,8	136,1	107,8	510,6
✓ Cotas de Garantia Física (90%)	470,4	1.536,1	934,6	715,3	3.656,3
✓ Contratos de Suprimento	-	-	-	-	-
(b) Mini e microgeração distribuída	62,1	509,8	183,9	73,2	829,1
(c) Ger. Própria/Bilaterais não modelados/ Sist. Isolado	-	585,1	0,7	-	585,7
(d) Liquidação na CCEE	15,4	-	44,2	1,4	60,9
(e) Energia Comprada TOTAL (e=a+b+c+d)	2.012,1	8.488,4	4.460,7	3.013,6	17.974,8

3.6 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

As perdas totais de energia das distribuidoras da Rede Energia situaram-se em 11,68% da energia requerida, ficando abaixo do limite regulatório.

A seguir são apresentados os indicadores de perdas de energia elétrica das distribuidoras da Rede Energia:

Perdas de Energia (% últimos 12 meses)

Distribuidoras % Energia Injetada (12 meses)	Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
	set/20	jun/21	set/21	set/20	jun/21	set/21	set/20	jun/21	set/21	
EMT	9,44	9,02	8,95	4,75	4,74	4,53	14,20	13,76	13,49	13,62
EMS	10,17	9,87	9,74	2,75	2,47	2,68	12,93	12,34	12,42	12,94
ETO	11,03	10,90	10,65	1,71	1,49	1,30	12,74	12,39	11,94	13,77
ESS	6,17	6,08	6,06	0,52	0,24	0,16	6,68	6,32	6,23	6,75
Rede Energia Consolidada	9,19	8,89	8,80	3,10	2,95	2,88	12,29	11,84	11,68	12,14

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os percentuais regulatórios referem-se aos últimos doze meses findos em março de 2021.

Perdas de Energia (Em GWh nos últimos 12 meses)

Perdas em 12 meses Em GWh	Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
	set/20	jun/21	set/21	set/20	jun/21	set/21	set/20	jun/21	set/21	Var. (%) ⁽¹⁾
EMT	1.072,8	1.067,6	1.065,5	540,1	561,3	539,7	1.612,9	1.628,9	1.605,1	- 1,5
EMS	682,2	678,5	672,2	184,7	170,1	185,0	866,9	848,6	857,2	+ 1,0
ETO	309,7	320,0	316,5	48,1	43,8	38,5	357,8	363,7	355,0	- 2,4
ESS	298,3	305,6	306,5	24,9	12,1	8,3	323,2	317,7	314,8	- 0,9
Rede Energia Consolidada	2.363,0	2.371,7	2.360,6	797,8	787,2	771,5	3.160,8	3.158,9	3.132,2	- 0,8

(1) Variação setembro de 2021/ junho de 2021.

A EMT alcançou em setembro o menor índice de perda de 2021(13,49%), sendo o melhor resultado desde abril/2015 e alcançando o nível regulatório para o período. Esse resultado é 0,71 ponto percentual menor que setembro de 2020 e apresenta queda de 0,27 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, continuando a trajetória de redução iniciada no 2T21.

A EMS registrou no 3T21 um índice de 12,42%. O resultado representa uma redução de 0,51 ponto percentual na comparação com setembro de 2020. Na comparação com o trimestre anterior houve uma variação de 0,08 ponto percentual motivado por eventos climáticos e sazonais. Um ponto de destaque é que a perda total vem se mantendo abaixo do índice regulatório em 2021.

Na ETO a perda total fechou o 3T21 em 11,94%, uma redução de 0,45 ponto percentual em relação ao último trimestre e redução de 0,8 ponto percentual na comparação com o 3T20. Parte desta redução é atribuída à reversão de efeitos sazonais, conforme citado no fechamento do 1T21, ocorrido em março de 2021. Além disso, a entrada em operação da obra de conexão com a rede básica em Colinas, em julho de 2021, resultou em redução nas perdas técnicas e como consequência na perda total observada. A distribuidora vem mantendo uma distância confortável de 1,83 ponto percentual em relação ao índice regulatório.

A ESS apresentou uma redução nas perdas em setembro de 2021 e fechou em 6,23%, queda de 0,09 e 0,46 ponto percentual em relação a junho de 2021 e setembro de 2020, respectivamente. O bom resultado é fruto da execução de um plano de medidas adicional, de inspeções e regularizações, iniciado no primeiro trimestre de 2021.

3.7 Gestão da Inadimplância

3.7.1 Taxa de Inadimplância

No 3T21, a taxa de inadimplência consolidada da Rede Energia, dos últimos 12 meses, foi de 0,71%, representando queda de 53,9% ou melhora de 0,84 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano passado.

Ao longo do primeiro semestre de 2021, em função da elevação dos casos de COVID-19, surgiram novas restrições à circulação de pessoas, funcionamento do comércio e antecipação de feriados em estados da área de concessão ocasionando impactos na economia e trazendo novos desafios à capacidade de pagamento dos clientes. Em decorrência desta situação houve nova publicação pela ANEEL de restrição da suspensão do fornecimento para os clientes residenciais baixa renda através da REN 928/2021, que perdurou até 16/10/21.

Diante deste cenário, a Companhia, continuou a estratégia de conjugar a disciplina na cobrança com a oferta de melhores condições para pagamento. Manteve o foco nas ações de cobrança via envio de SMS, negativas, protesto, telecobrança, e-mails, suspensão de fornecimento para clientes sem restrição, cobrança via WhatsApp, robôs de telecobrança, além do pagamento e negociação através do cartão de crédito e pagamento das faturas através do uso do PIX com o QR Code. Além de cobrança personalizada para clientes de Alta Tensão e Poder Público.

O principal ofensor da inadimplência neste trimestre em todas as empresas do grupo está na classe residencial e na subclasse baixa renda, em função da restrição da suspensão do fornecimento e da pandemia mencionados.

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	3T21	3T20	Variação em p.p.
EMT	0,59	2,25	- 1,66
EMS	1,52	1,30	+ 0,22
ETO	0,39	0,97	- 0,58
ESS	0,07	0,37	- 0,30
Rede Energia Consolidada	0,71	1,55	- 0,84

3.7.2 Taxa de Arrecadação

No trimestre, a taxa de arrecadação sobre ao faturamento foi de 96,67%, 0,27 p.p menor que no mesmo período do ano anterior. As ações implementadas vêm permitindo uma recuperação gradativa, e o resultado confirma a expectativa de manutenção da melhoria realizada.

A seguir são apresentadas as taxas de arrecadação por distribuidora:

Taxa de Arrecadação	12 meses (%)		
	set/21	set/20	Variação em p. p.
EMT	95,72	96,17	- 0,47
EMS	96,78	96,89	- 0,11
ETO	97,34	97,19	+ 0,15
ESS	98,81	99,01	- 0,20
Rede Energia Consolidada	96,67	96,93	-0,27

3.8 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

No trimestre, todas as distribuidoras da Rede Energia apresentaram desempenho melhor que a meta regulatória dos indicadores DEC e FEC.

Distribuidoras Janela móvel 12 meses	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	set/21	set/20	Var.(%)	set/21	set/20	Var.(%)		
EMT	19,15	18,44	+ 3,9	7,93	7,75	+ 2,3	20,39 ●	15,86 ●
EMS	10,39	9,69	+ 7,2	4,48	4,21	+ 6,4	11,25 ●	7,72 ●
ETO	16,32	19,73	- 17,3	6,24	8,17	- 23,6	22,38 ●	14,88 ●
ESS	5,11	4,83	+ 5,8	3,84	4,16	- 7,7	7,19 ●	6,56 ●

4. Desempenho financeiro

4.1 Receita operacional bruta e líquida

No 3T21, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 5.814,3 milhões, ante R\$ 4.035,2 milhões registrados no 3T20, crescimento de 44,1% (R\$ 1.779,1 milhões). Por sua vez, a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou acréscimo de 56,1% (R\$ 1.459,6 milhões) no trimestre, para R\$ 4.062,2 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento Descrição (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	3.864,7	3.177,8	+ 21,6	10.720,2	9.379,6	+ 14,3
✓ Residencial	1.797,3	1.505,7	+ 19,4	5.189,0	4.469,8	+ 16,1
✓ Industrial	291,7	259,9	+ 12,3	762,0	731,4	+ 4,2
✓ Comercial	783,9	641,9	+ 22,1	2.214,2	2.024,9	+ 9,3
✓ Rural	564,1	443,2	+ 27,3	1.393,3	1.154,6	+ 20,7
✓ Outras classes	427,7	327,2	+ 30,7	1.161,6	998,8	+ 16,3
(+) Suprimento de energia elétrica	355,0	44,7	+ 694,9	597,1	165,3	+ 261,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	247,5	157,5	+ 57,1	373,8	105,7	+ 253,8
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	419,2	334,1	+ 25,5	1.147,2	928,8	+ 23,5
(+) Receitas de construção	408,9	201,1	+ 103,4	933,3	579,8	+ 61,0
(+) Constituição e amortização - CVA	471,6	65,3	+ 622,6	1.248,9	94,5	+ 1.222,0
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	236,1	217,3	+ 8,6	651,0	668,2	- 2,6
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	162,7	39,6	+ 310,9	325,4	46,5	+ 599,2
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	20,3	15,6	+ 30,7	54,0	47,3	+ 14,1
(+) Outras receitas	37,3	(16,6)	-	45,7	(22,2)	-
Receita Bruta	6.223,2	4.236,2	+ 46,9	16.096,6	11.993,5	+ 34,2
(-) Impostos sobre vendas	1.393,3	1.155,5	+ 20,6	3.902,3	3.361,5	+ 16,1
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(12,5)	(9,1)	+ 36,7	(28,0)	(14,9)	+ 88,1
(-) Encargos setoriais	371,4	286,2	+ 29,8	1.095,0	853,1	+ 28,4
(=) Receita líquida	4.471,0	2.803,6	+ 59,5	11.127,3	7.793,9	+ 42,8
(-) Receitas de construção	408,9	201,1	+ 103,4	933,3	579,8	+ 61,0
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	4.062,2	2.602,6	+ 56,1	10.194,0	7.214,1	+ 41,3

A seguir, as receitas operacionais líquidas por empresa:

Receita líquida por segmento Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
✓ EMT	2.157,2	1.283,8	+ 68,0	5.255,6	3.490,1	+ 50,6
✓ EMS	1.144,5	706,2	+ 62,1	2.916,6	1.997,2	+ 46,0
✓ ETO	545,5	362,8	+ 50,4	1.361,5	1.024,2	+ 32,9
✓ ESS	623,1	450,3	+ 38,4	1.592,2	1.280,7	+ 24,3
(=) Rede Energia Consolidada	4.471,0	2.803,6	+ 59,5	11.127,3	7.793,9	+ 42,8
(-) Receitas de construção	408,9	201,1	+ 103,4	933,3	579,8	+ 61,0
(=) Rede Energia Consolidada	4.062,2	2.602,6	+ 56,1	10.194,0	7.214,1	+ 41,3

4.2 Ambiente Regulatório

4.2.1 Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)

No 3T21, foi possível observar crescimento de R\$ 406,3 milhões na constituição (líquida da amortização) da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) em relação ao 3T20.

A CVA é o mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/02, destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, ocorridas no período entre os eventos tarifários da distribuidora. O objetivo deste mecanismo é neutralizar os efeitos desses custos, denominados de “Parcela A” e de repasse tarifário integral assegurado, sobre o resultado da distribuidora.

4.2.2 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em vigor o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que repassa automaticamente ao consumidor final o custo incorrido pela distribuidora sempre que a compra de energia for afetada pelo despacho termelétrico de maior custo, diminuindo o carregamento financeiro entre os reajustes tarifários. O funcionamento das bandeiras tarifárias é representado pelas cores verde, amarela ou vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade.

No 3T21, as receitas consolidadas auferidas pela Rede Energia provenientes das bandeiras tarifárias foram de R\$ 423,4 milhões, ante os R\$ 9,1 milhões registrados no 3T20. Em 9M21, essas receitas totalizaram R\$ 648,3 milhões, contra R\$ 25,4 milhões em 9M20.

4.2.3 Revisões e reajustes tarifários

Entre 2016 e 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) homologou o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (“4CRTP”) das subsidiárias da Rede Energia. Entre 2020 e 2023 será realizado o 5º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (“5CRTP”) das subsidiárias da Companhia.

Os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora do Grupo Energisa foram os seguintes:

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Atualização Monetária - eventos de reajustes	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio			
EMT	+ 8,34	+ 10,36	+ 8,90	22/04/2021	IGP-M	Reajuste Anual
EMS	+ 8,27	+ 10,69	+ 8,90	22/04/2021	IGP-M	Reajuste Anual
ETO	+ 8,54	+ 1,79	+ 7,17	04/07/2021	IPCA	Reajuste Anual
ESS	+ 4,03	+ 6,90	+ 4,87	12/07/2021	IPCA	Revisão Tarifária 5º C

4.2.4 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da “Base de Remuneração Regulatória” utiliza o método do “Valor Novo de Reposição - VNR”, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A evolução das “Bases de Remunerações Líquidas” (BRL) das distribuidoras da Rede Energia e as datas das Revisões Tarifárias (RT) são as seguintes:

Distribuidora	Base de Remuneração Líquida (BRL) Em R\$ milhões					Data revisão tarifária		
	3º Ciclo	4º Ciclo		5º Ciclo		3º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
	2013-2012	2016-2018	2020	2020	2021			
EMT	1.693,5	3.459,8	-	-	-	abr/13	abr/18	abr/23
EMS	1.152,6	1.864,5	-	-	-	abr/13	abr/18	abr/23
ETO	257,1	596,2	-	1.370,5	-	jul/12	jul/16	jul/20
ESS	320,3	491,5	-	-	1.102,6	mai/12	mai/16	jul/21
Total	3.423,5	6.412,0	-	1.370,5	1.102,6			
WACC (antes de impostos)	11,36%	12,26%	11,10%	11,10%	10,62%			

4.2.5 Parcela B

Distribuidora	Parcela B				
	DRA ⁽¹⁾	DRP ⁽²⁾	Variação (R\$ milhões)	Variação %	Processo Revisional
EMT	1.817,4	2.384,1	566,7	+ 31,2	Reajuste Anual
EMS	1.018,0	1.338,7	320,7	+ 31,5	Reajuste Anual
ETO	660,0	709,6	49,6	+ 7,5	Reajuste Anual
ESS	409,1	450,3	41,2	+ 10,1	Revisão Tarifária - 5°C
Total	3.904,5	4.882,7	978,2	+ 25,1	

(1) DRA - Data de Referência Anterior: é definida como sendo a data de vigência do último processo tarifário homologado pela Aneel, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos incorridos e receitas auferidas nos doze meses relativos ao processo tarifário.

(2) DRP - Data de Referência em Processamento: a DRP é definida como sendo a data de vigência do processo tarifário em análise a ser homologado pela Aneel, quer seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos e receitas previstas para os doze meses relativos ao processo tarifário.

4.2.6 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação CCC

A Aneel também autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional. Os valores por distribuidora são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
EMT	110,0	103,8	+ 6,0	291,5	300,0	- 2,8
EMS	55,9	51,4	+ 8,7	166,4	174,5	- 4,7
ETO	40,2	31,1	+ 29,3	102,1	107,3	- 4,8
ESS	30,0	31,0	- 3,2	91,1	86,5	+ 5,3
Rede Energia Consolidada	236,1	217,3	+ 8,6	651,0	668,2	- 2,6

4.3 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 3.137,0 milhões no 3T21, crescimento de 60,2% (R\$ 1.179,1 milhões) em relação ao 3T20. No acumulado do ano, esse valor chegou a R\$ 7.845,3 milhões, 30,6% (R\$ 1.838,5 milhões) acima do mesmo período do ano anterior.

A composição dos custos e despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	2.477,9	1.516,7	+ 63,4	6.178,7	4.359,0	+ 41,7
1.1 Energia comprada	2.208,2	1.241,8	+ 77,8	5.318,9	3.678,4	+ 44,6
1.2 Transporte de potência elétrica	269,7	274,9	- 1,9	859,8	680,6	+ 26,3
2 Custos e Despesas controláveis	387,2	283,0	+ 36,8	1.106,2	1.143,5	- 3,3
2.1 PMSO	363,4	303,3	+ 19,8	1.074,4	954,2	+ 12,6
2.2 Provisões/Reversões	23,8	(20,3)	-	31,8	189,3	- 83,2
2.2.1 Contingências	(22,1)	0,8	-	(45,2)	(1,0)	+ 4.585,4
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	45,9	(21,2)	-	77,0	190,2	- 59,5
3 Demais receitas/despesas	271,9	158,1	+ 71,9	560,4	504,4	+ 11,1
3.1 Amortização e depreciação	159,1	154,4	+ 3,1	473,2	467,1	+ 1,3
3.2 Outras receitas/despesas	112,7	3,7	+ 2.945,0	87,2	37,3	+ 133,7
Total (1+2+3, s/ construção)	3.137,0	1.957,8	+ 60,2	7.845,3	6.006,8	+ 30,6
Custo de construção	408,9	201,1	+ 103,4	933,3	579,8	+ 61,0
Total (1+2+3, c/ construção)	3.545,8	2.158,9	+ 64,2	8.778,7	6.586,6	+ 33,3

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

PMSO Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
Pessoal	144,0	126,4	+ 13,9	437,7	389,2	+ 12,4
Benefício pós-emprego	5,8	5,7	+ 1,8	16,8	16,8	+ 0,5
Material	31,6	24,3	+ 29,8	89,5	73,0	+ 22,5
Serviços de terceiros	150,5	130,4	+ 15,5	441,6	405,7	+ 8,8
Outras	31,6	16,7	+ 89,6	88,9	69,5	+ 27,9
✓ Multas e compensações	0,0	0,5	- 94,9	4,4	9,8	- 54,8
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	23,8	15,0	+ 58,8	53,2	35,5	+ 49,9
✓ Outros	7,7	1,2	+ 566,3	31,3	24,2	+ 29,2
Total PMSO Consolidado	363,4	303,3	+ 19,8	1.074,4	954,2	+ 12,6

A seguir, as despesas com PMSO por distribuidora:

PMSO Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
EMT	139,4	109,9	+ 26,8	429,8	368,4	+ 16,7
EMS	107,2	88,5	+ 21,1	295,1	268,9	+ 9,8
ETO	64,7	56,4	+ 14,7	195,4	175,0	+ 11,6
ESS	51,8	48,9	+ 6,0	154,7	142,3	+ 8,7

4.4 EBITDA

Resume-se, a seguir, a geração de caixa da Companhia:

EBITDA Valores em R\$ milhões	Trimestre				Acumulado			
	3T21	3T20	Var. %	Var. R\$	9M21	9M20	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	1.084,3	799,2	+ 35,7	285,1	2.821,8	1.674,4	+ 68,5	1.147,5
(+) Receitas de acréscimos moratórios	67,9	67,4	+ 0,7	0,5	207,5	160,0	+ 29,7	47,6
(=) EBITDA Ajustado	1.152,3	866,6	+ 33,0	285,6	3.029,4	1.834,3	+ 65,1	1.195,0
Margem EBITDA (%)	24,3	28,5	- 4,3 p.p.		25,4	21,5	+ 3,9 p.p.	
Margem EBITDA Ajustado (%)	25,8	30,9	- 5,1 p.p.		27,2	23,5	+ 3,7 p.p.	

O EBITDA e EBITDA Ajustado trimestral por subsidiária nos períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	3T21	3T20	Var. %	3T21	3T20	Var. %
EMT	554,5	383,8	+ 44,5	590,4	420,1	+ 40,5
EMS	302,2	221,8	+ 36,3	319,2	238,9	+ 33,6
ETO	134,4	123,3	+ 9,0	142,5	131,3	+ 8,5
ESS	90,6	66,5	+ 36,3	97,5	72,4	+ 34,6
Rede Energia Consolidada	1.084,3	799,2	+ 35,7	1.152,3	866,6	+ 33,0
Margem EBITDA (%)	24,3	28,5	- 4,3 p.p.	25,8	30,9	- 5,1 p.p.

Descrição Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	9M21	9M20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
EMT	1.472,2	743,9	+ 97,9	1.579,0	825,4	+ 91,3
EMS	754,5	467,9	+ 61,3	807,4	510,3	+ 58,2
ETO	343,3	265,3	+ 29,4	369,6	284,6	+ 29,9
ESS	242,6	189,3	+ 28,1	264,0	206,1	+ 28,1
Rede Energia Consolidada	2.821,8	1.674,4	+ 68,5	3.029,4	1.834,3	+ 65,1
Margem EBITDA (%)	25,4	21,5	+ 3,9 p.p.	27,2	23,5	+ 3,7 p.p.

4.5 Resultado financeiro

No 3T21, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 240,1 milhões, contra R\$ 14,0 milhões de despesas financeiras líquidas no 3T20.

Resultado Financeiro Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
Receitas financeiras	128,4	112,7	+ 13,9	759,3	288,3	+ 163,4
Receita de aplicações financeiras	20,9	12,4	+ 68,8	48,4	32,0	+ 51,5
Acréscimos moratórios sobre contas em atraso	67,9	67,4	+ 0,7	207,5	160,0	+ 29,7
Atualização financeira de ativos regulatórios (CVA)	6,5	1,5	+ 321,2	13,3	3,3	+ 301,9
Atualização de créditos tributários a recuperar	3,4	12,7	- 73,4	7,5	12,7	- 41,1
Atualização monetária dos depósitos judiciais	4,4	(8,0)	-	7,6	6,1	+ 23,4
(-) Pis/Cofins sobre receita financeira	(6,1)	(5,5)	+ 10,5	(37,0)	(14,1)	+ 163,4
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	20,9	1,3	+ 1.562,3	458,2	13,7	+ 3.249,3
Outras receitas financeiras	10,5	31,0	- 66,0	53,8	74,6	- 27,9
Despesas financeiras	(368,4)	(126,7)	+ 190,9	(1.094,1)	(486,7)	+ 124,8
Encargos de dívidas - juros	(107,2)	(83,1)	+ 29,0	(280,6)	(274,2)	+ 2,4
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	(188,8)	(106,5)	+ 77,2	(206,2)	(780,9)	- 73,6
Instrumentos financeiros derivativos	179,3	134,0	+ 33,8	164,3	794,3	- 79,3
Ajuste a valor presente	(8,9)	(2,4)	+ 264,5	(20,1)	1,6	-
Marcação a mercado derivativos	(57,3)	(28,7)	+ 99,8	(148,0)	(6,1)	+ 2.311,0
Marcação a mercado da dívida	43,7	28,6	+ 52,5	132,5	6,2	+ 2.054,3
Atualização financeira de passivos regulatórios	0,1	2,6	- 94,8	3,8	(3,9)	-
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(1,3)	(0,6)	+ 109,6	(2,9)	(2,7)	+ 7,5
(-) Transferência de juros capitalizados para ordens em curso	2,5	0,8	+ 212,4	4,4	1,5	+ 191,2
Despesas bancárias	(1,9)	(1,5)	+ 28,2	(5,6)	(4,6)	+ 20,4
Incorporação de redes	(3,0)	(8,6)	- 64,5	(18,6)	(24,6)	- 24,4
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	(20,9)	(1,3)	+ 1.562,3	(458,2)	(13,7)	+ 3.249,3
Outras despesas financeiras	(204,7)	(60,1)	+ 240,6	(259,0)	(179,5)	+ 44,3
Resultado financeiro	(240,1)	(14,0)	+ 1.620,5	(334,8)	(198,4)	+ 68,7

4.6 Lucro Líquido

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Rede Energia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre				Acumulado			
	3T21	3T20	Var. %	Var. R\$	9M21	9M20	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro Líquido	534,0	511,8	+ 4,3	22,1	1.574,1	769,3	+ 104,6	804,8
(-) Contribuição social e imposto de renda	(151,1)	(119,0)	+ 27,0	(32,2)	(439,7)	(239,5)	+ 83,6	(200,2)
(-) Resultado financeiro	(240,1)	(14,0)	+ 1.620,5	(226,1)	(334,8)	(198,4)	+ 68,7	(136,4)
(-) Amortização e depreciação	(159,1)	(154,4)	+ 3,1	(4,7)	(473,2)	(467,1)	+ 1,3	(6,1)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	1.084,3	799,2	+ 35,7	285,1	2.821,8	1.674,4	+ 68,5	1.147,5
(+) Receita de acréscimos moratórios	67,9	67,4	+ 0,7	0,5	207,5	160,0	+ 29,7	47,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	1.152,3	866,6	+ 33,0	285,6	3.029,4	1.834,3	+ 65,1	1.195,0
Margem do EBITDA (%)	24,3	28,5	- 4,3 p.p.		25,4	21,5	+ 3,9 p.p.	
Margem do EBITDA Ajustado (%)	25,8	30,9	- 5,1 p.p.		27,2	23,5	+ 3,7 p.p.	

A seguir, o lucro líquido consolidado da Rede Energia e das suas distribuidoras:

Lucro (Prejuízo) Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
EMT	262,3	297,4	- 11,8	885,3	409,2	+ 116,3
EMS	168,7	128,5	+ 31,4	427,7	245,1	+ 74,5
ETO	89,6	76,8	+ 16,6	222,0	126,6	+ 75,4
ESS	44,6	36,5	+ 22,0	115,3	83,3	+ 38,5

5. Estrutura de capital

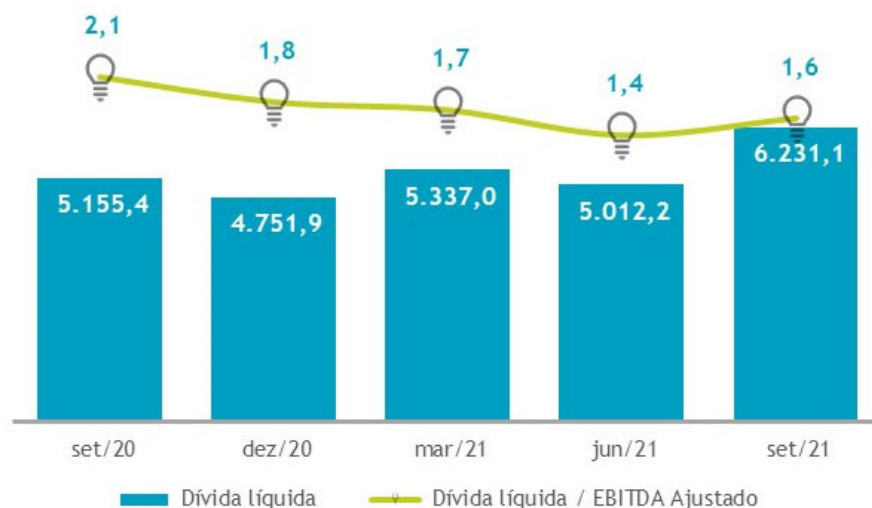
5.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 2.688,5 milhões em setembro, frente aos R\$ 2.996,9 milhões registrados em junho de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram saldos positivos de R\$ 1.018,8 milhões em junho, contra R\$ 520,8 milhões em junho de 2021.

Em 30 de setembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 6.231,1 milhões, contra R\$ 5.012,2 milhões em junho de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 1,4 vezes em junho para 1,6 vezes em setembro de 2021.

Evolução da Alavancagem Consolidada

- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



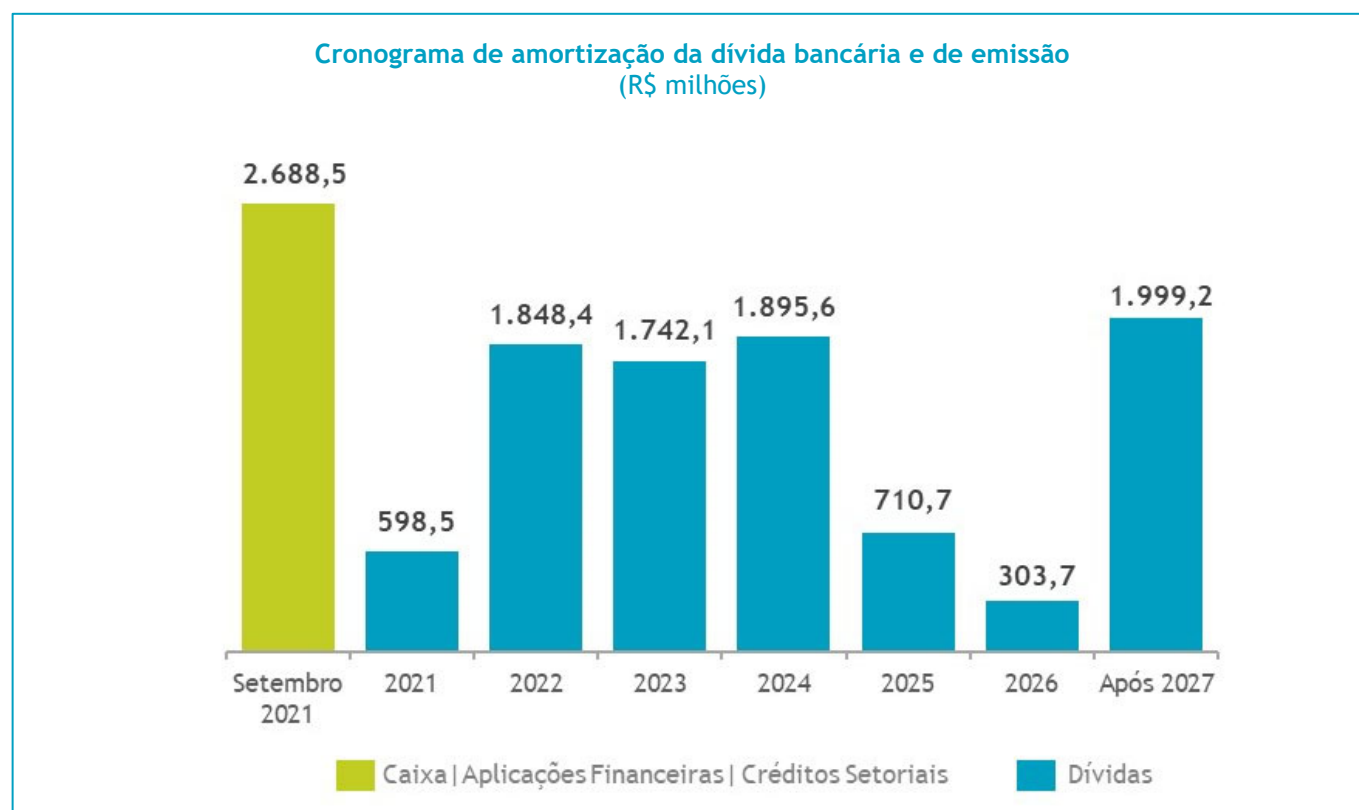
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	30/09/2021	30/06/2021	31/03/2021	30/09/2021	30/06/2021	31/03/2021
Circulante	0,8	4,1	3,0	1.689,1	1.676,7	1.635,8
Empréstimos e financiamentos	0,2	1,0	0,7	1.200,8	1.224,8	1.500,6
Debêntures	0,6	3,1	2,2	527,0	541,3	330,5
Encargos de dívidas	-	-	-	66,7	57,9	61,2
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	-	-	-	42,7	42,7	42,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(148,1)	(190,0)	(299,2)
Não Circulante	257,3	249,3	241,6	7.230,4	6.332,4	6.609,4
Empréstimos e financiamentos	186,3	180,0	174,0	4.265,3	3.131,7	3.519,9
Debêntures	71,0	69,3	67,6	3.215,9	3.314,1	3.498,8
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	-	-	-	264,5	262,0	273,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(515,3)	(375,4)	(682,7)
Total das dívidas	258,1	253,4	244,6	8.919,6	8.009,1	8.245,1
(-) Disponibilidades financeiras	226,2	727,1	561,1	1.669,664	2.476,079	2.857,839
Total das dívidas líquidas	31,9	(473,7)	(316,5)	7.249,9	5.533,0	5.387,3
(-) Créditos CDE	-	-	-	175,0	163,9	161,9
(-) Créditos CCC	-	-	-	40,1	31,4	18,3
(-) Créditos CVA	-	-	-	803,7	325,5	(129,9)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	31,9	(473,7)	(316,5)	6.231,1	5.012,2	5.337,0
Indicador relativo						
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	-	-	-	1,6	1,4	1,7

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

5.2 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 30 de setembro de 2021, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



6. Investimentos

Os investimentos realizados, por distribuidora, foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	3T21	3T20	Var. %	3T21	3T20	Var. %	3T21	3T20	Var. %	3T21	3T20	Var. %
EMT	188,0	89,6	+ 109,9	6,8	2,0	+ 237,0	4,0	5,2	- 21,9	198,9	96,8	+ 105,5
EMS	120,2	44,9	+ 167,5	25,0	6,9	+ 262,4	(5,9)	3,5	-	139,2	55,3	+ 151,8
ETO	70,3	0,3	+ 23.091,1	2,6	37,2	- 93,1	0,2	2,5	- 93,8	73,0	40,0	+ 82,5
ESS	26,9	43,7	- 38,5	5,2	3,3	+ 60,4	9,8	4,2	+ 134,8	41,9	51,2	- 18,1
Total	405,3	178,6	+ 127,0	39,6	49,3	- 19,8	8,1	15,3	- 47,5	453,0	243,2	+ 86,2

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	9M21	9M20	Var. %	9M21	9M20	Var. %	9M21	9M20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
EMT	413,8	245,1	+ 68,8	(1,6)	116,6	-	7,3	13,0	- 43,4	419,5	374,7	+ 12,0
EMS	315,7	133,1	+ 137,2	34,8	16,6	+ 109,9	3,7	8,8	- 58,4	354,1	158,5	+ 123,4
ETO	180,1	90,3	+ 99,5	24,3	40,8	- 40,3	2,9	7,1	- 58,9	207,3	138,2	+ 50,1
ESS	81,2	127,6	- 36,3	18,7	9,4	+ 99,3	6,8	8,5	- 20,3	106,7	145,5	- 26,7
Total	990,8	596,0	+ 66,2	76,1	183,3	- 58,5	20,7	37,4	- 44,6	1.087,6	816,8	+ 33,2

7. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de novembro de 2021, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2021, no montante de R\$ 385,7 milhões, equivalentes a R\$0,182780401280 por ação ordinária do capital social. Os dividendos serão pagos em 10 de dezembro de 2021 e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 17 de novembro de 2021, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.838	101.361	318.624	749.705
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	217.381	480.132	1.261.435	3.119.943
Consumidores e concessionárias	-	-	3.197.463	2.584.646
Títulos de créditos a receber	-	-	5.640	13.564
Estoques	-	-	53.130	52.757
Tributos a recuperar	8.095	11.094	624.877	331.803
Dividendos a receber	-	90.992	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	265.244	393.708
Ativos financeiros setoriais	-	-	807.680	181.500
Outros créditos	2.837	2.779	470.326	417.797
Total do circulante	237.151	686.358	7.004.419	7.845.423
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	-	89.605	96.887
Consumidores e concessionárias	-	-	780.446	633.078
Títulos de créditos a receber	-	-	7.249	11.549
Ativos financeiros setoriais	-	-	721.581	98.603
Créditos com partes relacionadas	374	352	-	-
Tributos a recuperar	26.640	20.842	2.408.557	471.194
Créditos tributários	-	-	794.919	915.842
Cauções e depósitos vinculados	29.918	28.533	252.400	237.823
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	515.319	610.643
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	5.197.393	4.577.085
Outros créditos	4.699	3.812	94.977	84.769
	61.631	53.539	10.862.446	7.737.473
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	-	-	709.681	346.296
Investimentos	4.439.733	4.483.844	7.731	7.727
Imobilizado	-	-	84.998	76.404
Intangível	-	-	5.413.273	5.640.064
Total do não circulante	4.501.364	4.537.383	17.078.129	13.807.964
Total do ativo	4.738.515	5.223.741	24.082.548	21.653.387

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

2. Balanço Patrimonial Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	125	130	1.607.275	1.215.739
Encargos de dívidas	-	-	66.699	75.855
Empréstimos e financiamentos	190	471	1.200.833	1.991.448
Debêntures	567	1.409	527.017	429.417
Impostos e contribuições sociais	651	756	630.588	441.996
Parcelamento de impostos	-	-	17.314	17.313
Dividendos a pagar	2.792	21.285	3.913	53.017
Obrigações estimadas	-	-	67.874	53.267
Contribuição de iluminação pública	-	-	66.426	64.746
Benefícios pós-emprego	-	-	25.367	25.367
Encargos setoriais	-	-	202.132	129.853
Passivos financeiros setoriais	-	-	395.000	490.859
Folha de pagamento	-	-	8.089	10.781
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	117.150	8.666
Incorporação de redes	-	-	82.267	69.955
Arrendamentos operacionais	-	-	7.631	9.511
Outros passivos	292	292	157.741	204.225
Total do circulante	4.617	24.343	5.183.316	5.292.015
Não circulante				
Fornecedores	-	-	72.606	72.674
Empréstimos e financiamentos	186.308	168.247	4.265.310	3.115.768
Debêntures	71.024	65.905	3.215.929	3.539.979
Impostos e contribuições sociais	-	-	583.655	494.243
Tributos Diferidos	363.068	368.585	1.710.856	1.763.414
Parcelamento de impostos	-	-	8.948	19.965
Débitos com partes relacionadas	206.678	197.186	210.508	199.811
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	280.254	307.660
Benefícios pós-emprego	-	-	255.577	250.632
Passivos financeiros setoriais	-	-	330.573	209.428
Encargos setoriais	-	-	76.814	132.787
Incorporação de redes	-	-	45.504	45.504
Arrendamentos operacionais	-	-	6.632	17.562
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	2.391.455	277.677
Outros passivos	199.871	202.943	184.133	182.908
Total do não circulante	1.026.949	1.002.866	13.638.754	10.630.012
Patrimônio líquido				
Capital social	3.223.218	3.223.218	3.223.218	3.223.218
Reservas de Capital	19.418	11.928	19.418	11.928
Reservas de Lucros	128.737	1.069.528	128.737	1.069.528
Lucros (Prejuízos) Acumulados	443.718	-	443.718	-
Outros resultados abrangentes	(108.142)	(108.142)	(108.142)	(108.142)
	3.706.949	4.196.532	3.706.949	4.196.532
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.553.529	1.534.828
Total do patrimônio líquido	3.706.949	4.196.532	5.260.478	5.731.360
Total do passivo e patrimônio líquido	4.738.515	5.223.741	24.082.548	21.653.387

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

3. Demonstrações de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	3T21	3T20	3T21	3T20
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	-	-	4.112.173	3.335.339
Suprimento de energia elétrica	-	-	354.952	44.655
Disponibilidade do Sistema Elétrico	-	-	419.208	334.061
Energia comercializada	-	-	-	-
Receitas de construção	-	-	408.863	201.054
Outras receitas	-	-	928.001	321.135
	-	-	6.223.197	4.236.244
Deduções à receita operacional				
ICMS	-	-	959.383	783.766
PIS, Cofins e ISS	-	-	433.889	371.747
Deduções Bandeiras Tarifárias	-	-	(12.487)	(9.132)
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	-	-	371.393	286.221
	-	-	1.752.178	1.432.602
Receita operacional líquida	-	-	4.471.019	2.803.642
Despesas operacionais				
Energia elétrica comprada	-	-	2.208.204	1.241.755
Encargos de uso do sistema	-	-	269.664	274.948
Pessoal	-	-	143.965	126.351
Benefícios pós-emprego	-	-	5.762	5.659
Material	-	-	31.573	24.317
Serviços de Terceiros	34	367	150.511	130.363
Amortização e Depreciação	-	-	159.125	154.407
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa / contingência	-	-	23.846	(20.346)
Custo de construção	-	-	408.863	201.054
Outras despesas	1.420	-	31.580	16.658
Outras Receitas/Despesas operacionais	-	-	112.725	3.702
	1.454	367	3.545.818	2.158.868
Resultado antes da equivalência patrimonial	(1.454)	(367)	925.201	644.774
Resultado de equivalência patrimonial	415.912	376.954	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	414.458	376.587	925.201	644.774
Resultado financeiro				
Receita de aplicações financeira	2.855	720	20.859	12.360
Variação monetária e acréscimo moratório	-	-	67.925	67.435
Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-	-	20.928	1.259
Outras receitas financeiras	558	12.284	18.644	31.642
Encargos de dívidas - juros	(1.123)	(1.123)	(107.171)	(83.091)
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	-	-	(188.784)	(106.508)
Marcação mercado de dívidas e derivativos	-	-	(13.660)	(51)
(-) Transferência p/Imob curso	-	-	2.527	809
Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-	-	(20.928)	(1.259)
Outras despesas financeiras	(12.950)	(18.037)	(40.424)	63.450
	(10.660)	(6.156)	(240.084)	(13.954)
Resultado antes dos tributos	403.798	370.431	685.117	630.820
Contribuição social e imposto de renda	2.229	1.559	(151.140)	(118.969)
Lucro líquido do período	406.027	371.990	533.977	511.851
Lucro atribuível a:				
Acionistas da Controladora	-	-	406.027	371.990
Acionistas não controladores	-	-	127.950	139.861
Lucro líquido por ação - R\$	0,19	0,18		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

RESULTADOS 3º TRIMESTRE DE 2021



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	9M21	9M20	9M21	9M20
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	-	-	11.093.952	9.485.285
Suprimento de energia elétrica	-	-	597.136	165.312
Disponibilidade do Sistema Elétrico	-	-	1.147.192	928.753
Energia comercializada	-	-	-	-
Receitas de construção	-	-	933.322	579.755
Outras receitas	-	-	2.324.986	834.394
	-	-	16.096.588	11.993.499
Deduções à receita operacional				
ICMS	-	-	2.655.239	2.302.759
PIS, Cofins e ISS	-	-	1.247.029	1.058.691
Deduções Bandeiras Tarifárias	-	-	(28.005)	(14.888)
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	-	-	1.095.006	853.075
	-	-	4.969.269	4.199.637
Receita operacional líquida	-	-	11.127.319	7.793.862
Despesas operacionais				
Energia elétrica comprada	-	-	5.318.885	3.678.371
Encargos de uso do sistema	-	-	859.828	680.583
Pessoal	6	-	437.664	389.249
Benefícios pós-emprego	-	-	16.830	16.754
Material	-	-	89.456	73.009
Serviços de terceiros	466	619	441.596	405.726
Amortização e Depreciação	-	-	473.190	467.095
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa / contingência	-	(622)	31.820	189.269
Custo de construção	-	-	933.322	579.755
Outras despesas	1.652	211	88.880	69.469
Outras Receitas/Despesas operacionais	-	230	87.197	37.312
	2.124	438	8.778.668	6.586.592
Resultado antes da equivalência patrimonial	(2.124)	(438)	2.348.651	1.207.270
Resultado de equivalência patrimonial	1.180.199	591.336	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.178.075	590.898	2.348.651	1.207.270
Resultado financeiro				
Receita de aplicações financeira	12.983	3.014	48.430	31.959
Variação monetária e acréscimo moratório	-	-	207.537	159.975
Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-	-	458.213	13.681
Outras receitas financeiras	1.556	39.711	45.130	82.681
Encargos de dívidas - juros	(3.333)	(3.345)	(280.645)	(274.177)
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	-	-	(206.172)	(780.940)
Marcação mercado de dívidas e derivativos	-	-	(15.479)	13
(-) Transferência p/Imob curso	-	-	4.392	1.508
Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-	-	(458.213)	(13.681)
Outras despesas financeiras	(34.956)	(54.520)	(138.001)	580.532
	(23.750)	(15.140)	(334.808)	(198.449)
Resultado antes dos tributos	1.154.325	575.758	2.013.843	1.008.821
Contribuição social e imposto de renda	5.517	3.873	(439.708)	(239.524)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-
Lucro líquido do período	1.159.842	579.631	1.574.135	769.297
Lucro atribuível a:				
Acionistas da Controladora	-	-	1.159.842	579.631
Acionistas não controladores	-	-	414.293	189.666
Lucro líquido por ação - R\$	0,55	0,27		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Rede Energia Participações S.A. Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S.A. (“Rede Energia” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas.

A Rede Energia possui o direito de explorar indiretamente, concessões e/ou autorização de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuição de energia elétrica

Distribuidora	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”) (*)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027

(*) A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de uma usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027, muito embora, possuindo uma usina termelétrica para atendimento de sistemas isolados, a principal atividade da controlada é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal.

As Distribuidoras controladas diretas ESS, EMT e EMS apresentam capital aberto e a ETO apresenta capital fechado. A EMT, por ser da categoria A da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, possui suas ações negociadas na bolsa de valores - B3. O objetivo principal destas distribuidoras é operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 11, 15, 17, 19.1 e 31, respectivamente.

Serviços

A Rede Energia, através de sua controlada Multi Energisa Serviços S.A. presta serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Comercialização de energia elétrica

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Recuperação judicial de controladas

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de

Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) - incorporada posteriormente pela Denerge em 22 de novembro de 2019, e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29 de julho de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, respondido pela controladora Energisa S/A, o qual aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

A posição em 30 de setembro de 2021 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R\$331.586, dos quais R\$191.646 refere-se a empréstimos, R\$71.591 a debêntures e R\$68.349 a outras contas a pagar, são como segue:

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro 2019	208.714	56.205	264.919
(+) Atualização ⁽¹⁾	4.466	(626)	3.840
Reversão de provisão ajuste a valor presente ^{(1) e (2)}	27.307	25.789	53.096
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	236.031	80.407	316.438
(+) Atualização ⁽¹⁾	1.099	236	1.335
Reversão de provisão ajuste a valor presente ^{(1) e (2)}	7.462	(11.661)	(4.199)
Saldos em 31 de março de 2021	244.592	68.982	313.574
(+) Atualização ⁽¹⁾	1.111	244	1.355
Reversão de provisão ajuste a valor presente ^{(1) e (2)}	7.723	2.441	10.164
Saldos em 30 de junho de 2021	253.426	71.667	325.093
(+) Atualização ⁽¹⁾	1.124	239	1.363
Reversão de provisão ajuste a valor presente ^{(1) e (2)}	7.995	2.552	10.547
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 30 de setembro de 2021	258.089	73.497	331.586

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período na controladora e consolidado.

(2) **Ajustes a Valor Presente:** refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e a controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia e sua controlada consideram como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

1.1. Efeitos da COVID-19

Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados em 2021

Nos primeiros nove meses de 2021 a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação iniciada para os grupos da população considerados de alto risco. O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira.

A Administração da Companhia e suas controladas segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos. Até o momento, as principais ações adotadas pela Companhia e suas controladas estão listadas a seguir:

- A Companhia e suas controladas seguem atentas e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição, uma vez que, o cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Acompanhamento dos contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento do incremento da inadimplência das faturas das contas de energia elétrica ocasionado pela retração econômica no Brasil e, sobretudo, pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica, a determinados grupos de consumidores, conforme Resolução ANEEL nº 928 de 26 de março de 2021, alterada pela Resolução nº 936 de 15 de junho de 2021. As controladas implementaram ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital. A Companhia e suas controladas possuem expectativas que, aliado as ações tomadas, o reestabelecimento do corte de energia, iniciado em 1 de outubro de 2021, elimine o efeito temporal provocado pela inadimplência, e volte a normalizar a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) a patamares históricos. Até 30 de setembro de 2021, o montante acumulado das perdas esperadas em decorrência dos impactos da COVID-19 foi de R\$45.140 (R\$71.267 em 31 de dezembro de 2020), refletindo uma reversão de provisão de perdas no trimestre findo em 30 de setembro 2021 de R\$26.167 (R\$68.460 de constituição de provisão em 30 de setembro de 2020), reconhecida na demonstração do resultado do período;
- Supervisão constante das obras em andamento das controladas com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. Até o momento a Administração das controladas não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento;
- Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, a Companhia e suas controladas criaram o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações nos Estados onde as controladas distribuem energia, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos

leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionados acima. A Companhia e suas controladas seguem comprometidas com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.1 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020”), publicadas na imprensa oficial em 19 de março de 2021.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no período findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício de 31 de dezembro de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2021.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB *International Accounting Standards Board*, não trouxeram impactos significativos em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Normas	Descrição	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários (“lease concessions”) em decorrência da pandemia de COVID-19.	31 de março de 2021

3. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as empresas Rede Energia e suas controladas. O controle é obtido quando a Rede Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação às investidas.

Especificamente, a Rede Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Rede Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Rede Energia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a mesma deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Rede, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas informações financeiras intermediárias das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo Energisa. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/09/2021	31/12/2020
<u>Controladas diretas</u>			
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. ⁽¹⁾	Distribuição de energia	57,68	57,68
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. ⁽¹⁾	Distribuição de energia	64,01	64,01
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. ⁽¹⁾	Distribuição de energia	99,25	99,25
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	Comerc. Energia	99,98	99,98
Rede Power Holding Energia S.A. ⁽²⁾	Holding	99,99	99,99
QMRA Participações S.A.	Holding	100,00	100,00
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,90	99,90
<u>Controlada indireta</u>			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ^{(1) e (2)}	Distribuição de energia	35,92	35,92

(1) Companhia aberta; e

(2) A Rede Power é controlada pela Rede Energia e possui 35,92% de participação na controlada EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição de energia elétrica, e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/09/2021		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	11.127.319	-	11.127.319
Receitas Intersegmentos	-	30.362	30.362
Total	11.127.319	30.362	11.157.681
Receitas Financeiras	742.848	16.479	759.327
Despesas Financeiras	(1.061.605)	(32.530)	(1.094.135)
Total	(318.757)	(16.051)	(334.808)
Amortização e depreciação	471.839	1.351	473.190
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	2.022.448	(8.605)	2.013.843

	30/09/2020		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	7.793.862	-	7.793.862
Receitas Intersegmentos	-	29.692	29.692
Total	7.793.862	29.692	7.823.554
Receitas Financeiras	244.619	43.719	288.338
Despesas Financeiras	(406.251)	(80.536)	(486.787)
Total	(161.632)	(36.817)	(198.449)
Amortização e depreciação	465.642	1.453	467.095
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	1.041.953	(33.132)	1.008.821

	Distribuição	Serviços	30/09/2021	31/12/2020
Ativos dos segmentos	23.697.812	393.566	24.091.378	21.760.300
Ativo circulante	6.697.233	315.641	7.012.874	7.951.984
Ativo não circulante	17.000.579	77.925	17.078.504	13.808.316
Passivos dos segmentos	17.730.895	1.100.005	18.830.900	16.028.940
Passivo circulante	5.172.998	18.773	5.191.771	5.398.577
Passivo não circulante	12.557.897	1.081.232	13.639.129	10.630.363

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita				
Receita líquida total de segmentos	4.481.098	11.157.681	2.814.028	7.823.554
Eliminação de receitas intersegmentos	(10.079)	(30.362)	(10.386)	(29.692)
Receita líquida consolidada	4.471.019	11.127.319	2.803.642	7.793.862
Amortização e depreciação				
Amortização e depreciação total de segmentos	159.125	473.190	154.407	467.095
Depreciação e amortização consolidada	159.125	473.190	154.407	467.095
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos	128.364	759.327	112.711	288.338
Eliminação de receitas intersegmentos	(8)	(17)	(15)	(42)
Receita financeira consolidada	128.356	759.310	112.696	288.296
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos	(368.448)	(1.094.135)	(126.665)	(486.787)
Eliminação de despesa intersegmentos	8	17	15	42
Despesa financeira consolidada	(368.440)	(1.094.118)	(126.650)	(486.745)
Lucros				
Totais de lucros dos segmentos	685.117	2.013.843	630.820	1.008.821
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	685.117	2.013.843	630.820	1.008.821

	30/09/2021	31/12/2020
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	24.091.378	21.760.300
Outros valores não alocados	(8.830)	(106.913)
Total Ativo consolidado	24.082.548	21.653.387
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	18.830.900	16.028.940
Outros valores não alocados	(8.830)	(106.913)
Total passivo consolidado	18.822.070	15.922.027

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2021 equivale a 67,0% do CDI (104,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020) na controladora e 80,4% do CDI (101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários à vista	878	853	168.042	130.150
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	7.960	100.508	150.582	619.555
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	447	100.508	17.644	619.555
Operações compromissadas	7.513	-	132.938	-
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	8.838	101.361	318.624	749.705

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 30 de setembro de 2021 equivale a 113,9% do CDI (84,7% do CDI em 31 de dezembro de 2020) na controladora e 122,0% do CDI (80,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	217.381	480.132	1.351.040	3.216.830
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	47.702	67.818
Fundos de Investimento ⁽¹⁾	32	31	3.818	16.405
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾	217.349	480.101	1.209.914	3.035.720
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8.529	3.914	28.459	28.941
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	188	320	893	2.367
Títulos públicos	-	13.520	-	265.638
Fundo Multimercado	-	3.903	11.560	17.007
Fundo de Renda Fixa	72.189	88.868	412.348	560.728
Letra financeira do tesouro (LFT)	35.116	69.904	253.402	589.567
Letra financeira (LF)	13.075	7.957	124.973	143.090
Letra financeira (LFP)	-	-	1.281	-
Letra financeira (LFS)	-	214.789	-	935.965
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	7.591	24.729	36.386
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	88.252	66.864	341.690	419.852
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	2.471	10.579	36.179
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽³⁾	-	-	89.606	96.887
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	217.381	480.132	1.351.040	3.216.830
Circulante	217.381	480.132	1.261.435	3.119.943
Não circulante	-	-	89.605	96.887

(1) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 91,3% a 205,6% (35,5% a 103,7% em 31 de dezembro) e média ponderada 117,9% (20,0% em 31 de dezembro de 2020) do CDI.

(2) Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Títulos públicos, Fundo Multimercado, LFT, LFS, LF, LFP, LTN, NTNF e NTNB são remuneradas 109,4% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, (113,5% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo FI Energisa, 148,5% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 122,5% (63,5% em 31 de dezembro de 2020), do CDI Fundo Zona da Mata e 136,3% (83,8% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo Cataguases.

(3) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034.

(4) Inclui na controladora R\$32 (R\$31 em 31 de dezembro 2020) e no consolidado, R\$141.150 (R\$168.323 em 31 de dezembro de 2020) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Bloqueio judicial credores	32	31	2.427	2.410
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	89.606	96.887
Programa Luz para todos	-	-	47.700	66.941
Outros	-	-	1.417	2.085
Total	32	31	141.150	168.323

6. Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽⁶⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/09/2021	31/12/2020
Valores correntes:									
Residencial	358.569	-	323.967	54.231	6.839	18.143	(87.072)	674.677	596.853
Industrial	129.319	-	20.943	4.392	6.760	29.532	(29.531)	161.415	136.251
Comercial	180.323	-	65.535	11.613	9.613	29.821	(41.539)	255.366	243.013
Rural	138.082	-	53.115	12.834	18.982	6.280	(10.285)	219.008	181.313
Poder público	70.264	-	5.626	735	1.353	5.644	(6.429)	77.193	64.868
Iluminação pública	55.725	-	9.490	4.305	1.537	3.081	(4.330)	69.808	22.275
Serviço público	41.837	-	4.923	581	5.627	58.212	(66.444)	44.736	42.879
Fornecimento não faturado	1.281.235	-	-	-	-	-	-	1.281.235	907.436
Arrecadação Processo Classificação	23.889	-	-	-	-	-	-	23.889	41.837
Valores renegociados:									
Residencial	40.774	79.920	32.555	15.980	9.679	42.869	(107.600)	114.177	138.843
Industrial	4.443	11.585	2.319	735	924	9.108	(16.556)	12.558	20.538
Comercial	10.479	73.581	7.712	3.683	3.434	15.508	(44.921)	69.476	81.144
Rural	6.221	15.884	4.146	1.670	1.966	4.149	(16.489)	17.547	18.062
Poder público ⁽¹⁾	10.239	110.527	449	2	247	1.234	(2.541)	120.157	123.713
Iluminação pública	1.233	11.862	162	7	49	71	(354)	13.030	10.786
Serviço público	610	721	107	-	5	3.502	(3.566)	1.379	4.473
(-) Ajuste valor Presente ⁽²⁾	(657)	(44.688)	-	-	-	-	-	(45.345)	(31.450)
Subtotal -clientes	2.352.585	259.392	531.049	110.768	67.015	227.154	(437.657)	3.110.306	2.602.834
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽³⁾	194.494	-	-	-	-	21.027	-	215.521	138.458
Redução do uso do sistema de distribuição ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201
Outros ⁽⁵⁾	3.356	-	385.161	37.601	2.907	311.746	(100.890)	639.881	464.231
Total	2.550.435	259.392	916.210	148.369	69.922	572.128	(538.547)	3.977.909	3.217.724
Circulante								3.197.463	2.584.646
Não Circulante								780.446	633.078

- (1) **Poder Público:** a controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042). Em 30 de setembro de 2021 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$85.952 (R\$86.271 em 31 de dezembro de 2020). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$24.381 (R\$21.263 em 31 de dezembro de 2020), tendo sido contabilizado R\$3.118 na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

- (2) **Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 5,40% a.a. (1,90% a.a. em 31 de dezembro 2020).
- (3) **Suprimento de energia - moeda nacional:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos saldos da CCEE	30/09/2021	31/12/2020
Créditos a vencer	194.494	117.431
Créditos vinculados a liminares ^(a)	21.027	21.027
Subtotal créditos CCEE	215.521	138.458
(-) Aquisições de energia na CCEE	(545.800)	(331.445)
(-) Encargos de serviços do sistema	(41.558)	(33.645)
Total débitos CCEE	(371.837)	(226.632)

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas EMS, ETO e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (4) **Redução do uso do sistema de distribuição:** os valores objetivam recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2020), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida de outros passivos no consolidado.
- (5) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores, destaca-se entre eles:

ICMS incidente sobre a TUSD: as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$522.291 (R\$435.211 em 31 de dezembro de 2020) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares e em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 24 - Tributos e contribuições sociais) no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

Controladas/Origem	ICMS - TUSD
Energisa Mato Grosso	373.251
Energisa Tocantins	98.507
Energisa Sul Sudeste	32.040
Energisa Mato Grosso do Sul	18.493
TOTAL	522.291

ICMS Demanda - Controlada EMT: processos decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a Controlada EMT cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. Em 23 de setembro de 2021 a Controlada EMT firmou o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado de Mato Grosso, resultando no pagamento, a vista, em 30 de setembro de 2021 do débito integral com a adesão ao REFIS. A Controlada EMT irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais para não recolhimento do ICMS. O montante dessa transação é de R\$89.350, como a Administração entende que a confirmação se dará pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, constituiu-se uma provisão para perda esperada no valor de R\$81.191 e a diferença de R\$8.159 foi reconhecida com perda efetiva. Vide notas explicativas nº 24. Tributos e contribuições e nº 33 - Outros resultados.

ICMS Geração Distribuída - Controlada EMT: parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R\$101.809 e uma provisão de perda esperada estimada em R\$2.192. A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores.

- (6) **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPCELD):** a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue movimentação das provisões:

	30/09/2021	31/12/2020
Saldos em 31/12/2020 e 31/12/2019	651.437	546.942
(Reversões) provisões constituídas no período (*)	(4.386)	227.686
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(95.280)	(123.191)
Saldos em 30/09/2021 e 31/12/2020	551.771	651.437
Alocação:		
Cientes, consumidores e concessionárias	538.547	404.867
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 7 - Título de crédito a receber)	3.687	65.904
Outros créditos - outros (vide nota explicativa nº 12 - Outros créditos)	9.537	180.666
	551.771	651.437

(*) Do total da reversão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no período de 30 de setembro de 2021 de R\$4.386 (provisão de R\$227.686 em 31 de dezembro de 2020), os principais impactos foram: R\$26.167 (R\$71.267 constituído em 31 de dezembro de 2020) decorrente dos esforços da Companhia para equalizar o nível de inadimplência, conforme eventos divulgados na nota explicativa 1.1. Adicionalmente, as controladas EMT, EMS e ESS realizaram no mês de janeiro de 2021, cessão de títulos no montante de R\$102.985, R\$61.818 e R\$11.986, respectivamente, referente ao Banco Daycoval que se encontrava totalmente provisionado e que foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. Maiores detalhes sobre a operação do FIDC, vide nota explicativa nº 33 - Outros resultados - consolidado. Inclui também constituição de provisão de R\$81.191 referente a parcela em controvérsia do contas a receber do ICMS Demanda, contabilizados em contrapartida outros resultados (vide nota explicativa nº 33 - Outros resultados - consolidado), e de constituição de provisão de R\$2.192 relacionado ao ICMS Geração Distribuída registrado em Outras despesas financeiras, ambos ocorridos na controlada EMT.

7. Títulos de créditos a receber - Consolidado

	30/09/2021	31/12/2020
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá ⁽¹⁾	1.665	5.981
Precatório de Órgãos Públicos Municipais ⁽²⁾	7.485	69.664
Títulos de créditos a receber ⁽³⁾	30.085	38.080
Ajuste a valor presente	(22.659)	(22.708)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.687)	(65.904)
	12.889	25.113
Circulante	5.640	13.564
Não circulante	7.249	11.549

(1) Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R\$1.665 (R\$5.981 em 31 de dezembro de 2020):

Controlada direta EMT

Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 63 parcelas, restando 4 parcelas corrigidas pela taxa de 0,5% ao mês.

(2) Outros Precatórios de Órgãos Públicos Municipais:

Controlada direta EMT

Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Prefeituras	30/09/2021	31/12/2020
Prefeitura Municipal de Juscimeira ^(a)	7.485	7.457
Prefeitura Municipal de Cáceres ^(b)	-	4.021
Prefeitura Municipal de Alta Floresta ^(b)	-	2.297
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG ^(b)	-	55.889
Total	7.485	69.664

(a) Em 10 de agosto de 2020, com homologação na Central de Precatórios, a controlada EMT renegociou os títulos precatórios da Prefeitura de Juscimeira. O valor foi de R\$8.456, com entrada de R\$1.000 e parcelamento do saldo remanescente em 250 parcelas, tendo sido já recebidos 3 parcelas, restando 247 parcelas corrigidas pela taxa de 0,4% ao mês. Foram reconhecidos juros/atualização das parcelas em atraso.

(b) Títulos cedidos ao FIDC, vide maiores detalhes da operação na nota explicativa nº 33 Outros resultados.

(3) Títulos de créditos a receber:

Controlada direta EMT:

Aquisição de crédito de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia apresentando em 30 de setembro de 2021 saldo de R\$1.625 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2020) que se encontra totalmente provisionado.

Controlada direta ESS:

(i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R\$44.034 (R\$44.034 em 31 de dezembro de 2020), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15 de dezembro de 2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da controlada. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.401 (R\$21.401 em 31 de dezembro de 2020) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mútuo de postes e outros no montante de R\$3.113 (R\$3.111 em 31 de dezembro de 2020). A controlada constitui perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$851 em 31 de dezembro de 2020, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório no montante de R\$290 em 31 de dezembro de 2019.

Controlada direta ETO:

A controlada indireta ETO registrou o montante de R\$1.850 (R\$8.992 em 31 de dezembro de 2020), como segue:

(i) R\$1.287 (R\$5.700 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados e são como segue:

Prefeituras	30/09/2021	31/12/2020
Taguatinga	-	2.957
Divinópolis (*)	-	258
Porto Nacional (*)	-	651
Sítio Novo (*)	771	771
Santa Fé do Araguaia (*)	516	773
Outras (*)	-	290
Total	1.287	5.700

(*) A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$1.287 (R\$2.743 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Inclui R\$2.936 em 31 de dezembro de 2020 referente a créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO e o montante de R\$563 (R\$356 em 31 de dezembro de 2020) referente a outros títulos de créditos.

A Administração da controlada ETO, constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$13 (R\$13 em 31 de dezembro de 2020) e provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$26 (R\$66 em 31 de dezembro de 2020) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

Controlada direta CTCE:

(i) R\$864 (R\$864 em 31 de dezembro de 2020), outros títulos a receber junto a terceiros, pela controlada.

Em 30 de setembro de 2021, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

	Consolidado (*)
Vencidos	4.864
2021	2.167
2022	1.326
2023	8.219
Total	16.576

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

8. Dividendos a receber - Controladora

	31/12/2020
Multi Energisa Serviços	1.878
QMRA	3
Rede Power	5.145
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	31.935
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	29.181
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	15.800
Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A	7.050
Total - Ativo Circulante	90.992

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	181.034	152.478
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	31.166	28.418	241.055	194.563
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	1.691	1.427	47.276	42.500
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	-	131.767	100.304
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS (*)	-	-	2.397.885	280.655
Outros	1.878	2.091	34.417	32.497
Total	34.735	31.936	3.033.434	802.997
Circulante	8.095	11.094	624.877	331.803
Não circulante	26.640	20.842	2.408.557	471.194

(*) Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins; a composição do saldo segue conforme tabela abaixo:

Controladas	30/09/2021	31/12/2020
Ações judiciais com trânsito em julgado:		
ETO	243.528	250.926
ESS	-	29.729
EMT (*)	1.241.111	-
Subtotal	1.484.639	280.655
Ações judiciais não transitada em julgado:		
ESS	387.645	-
EMS	525.601	-
Subtotal	913.246	-
Total	2.397.885	280.655

(*) Em 21 de setembro de 2021 transitou em julgado a ação judicial da controlada EMT.

As controladas diretas de distribuição de energia elétrica possuem créditos de PIS e COFINS a recuperar em, 30 de setembro de 2021, no montante de R\$2.397.885 (R\$280.655 em 31 de dezembro de 2020), referente a exclusão do ICMS na base de cálculo após as ações judiciais terem trânsito em julgado e relacionado a decisão do Plenário do STF que em 13 de maio de 2021 decidiu que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS é de fato válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE 574.706, além de consolidar o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Proporcionando novos créditos no período de R\$1.719.001 (R\$15.416 em 30 de setembro de 2020) e no passivo não circulante no montante de R\$2.391.455, conforme nota explicativa nº 29 - Outros passivos, os respectivos valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$458.213 (R\$ 13.681 em 30 de setembro de 2020), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

10. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos - consolidado

10.1. Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.722, de 07 de julho de 2020	4,87%	12 de julho de 2020
ETO	Resolução 2.889, de 29 de junho de 2021	4,04%	04 de julho de 2021
EMS	Resolução 2.855, de 22 de abril de 2021	8,90%	22 de abril de 2021
EMT	Resolução 2.856, de 22 de abril de 2021	8,90%	22 de abril de 2021

10.2. Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada cinco anos na ETO, EMT, EMS e ESS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também

podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.893, de 06 de julho de 2021	9,84%	12 de julho de 2021
EMS	Resolução 2.380, de 03 de abril de 2018	9,87%	08 de abril de 2018
EMT	Resolução 2.379, de 03 de abril de 2018	11,53%	08 de abril de 2018
ETO	Resolução 2.720, de 03 de julho de 2020	7,17%	04 de julho de 2020

10.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh (1)	Atual R\$/Kwh (2) REH 2.888/2021 (*)	Atual R\$/Kwh Resolução Nº 3/2021	Variação total (2) / (1)
Verde	-	-	-	0%
Amarela	1,34	1,87	-	40%
Vermelha 1	4,17	3,97	-	-5%
Vermelha 2	6,24	9,49	-	52%
Escassez hídrica	-	-	14,20	-

(*) A ANEEL aprovou, em 30 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	30/09/2021	30/09/2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Escassez Hídrica	Verde

Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica:

Devido a situação hídrica que o setor elétrico brasileiro está vivenciando, foi instituído através da Resolução Nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa será implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica não se aplica às unidades consumidoras que participam do sistema de compensação de créditos de energia de que trata a Resolução Normativa ANEEL nº 482, de 17 de abril de 2012.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

10.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

A sobrecontratação das distribuidoras controladas é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, as controladas, recorreram a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas

do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL e nem mesmo o Despacho ANEEL nº 2.508/2020 pode ser considerado como conclusivo, uma vez que seu mérito será avaliado pela Diretoria da Agência.

No período findo em 30 de setembro de 2021, os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R\$3.564 (R\$3.564 em 31 de dezembro de 2020) que deverão ser compensados.

Até o 3º trimestre de 2021, em face à crise hídrica e os altos preços do mercado de curto prazo, nenhuma das distribuidoras controladas tem expectativa de prejuízo e permanecem buscando a melhor gestão do seu portfólio de energia.

11. Ativos e Passivos financeiros setoriais - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2020	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Trans- ferên- cia	Saldos em 30/09/2021	Valores em Amortização	Valores em Consti- tuição	Circulan- te	Não circulan- te
		Adição	Amortiza- ção	Remu- neração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	51.420	237.129	(3.687)	5.258	319.806	609.926	19.405	590.521	258.117	351.809
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.061	14.173	(5.957)	129	(136)	12.270	11.636	634	11.933	337
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	34.565	127.705	(6.395)	1.691	(37.422)	120.144	9.194	110.950	61.672	58.472
Transporte de Energia Elétrica Itaipu	4.840	3.938	(526)	73	(5.924)	2.401	3.802	(1.401)	1.978	423
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	2.768	59.337	(5.650)	124	(45.466)	11.113	11.113	-	11.113	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	114.413	138.341	(60.662)	1.529	(9.804)	183.817	122.226	61.591	147.540	36.277
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	5.710	42.519	(7.867)	236	(3.354)	37.244	7.503	29.741	18.354	18.890
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	26.468	200.243	(1.896)	(4.363)	(206.803)	13.649	7.212	6.437	9.524	4.125
CUSD	2.963	2.791	(1.682)	26	334	4.432	4.432	-	4.432	-
Exposição de submercados ⁽⁶⁾	22.664	112.093	(96.120)	339	26.190	65.166	48.771	16.395	55.935	9.231
Garantias ⁽⁷⁾	2.667	1.831	(1.815)	34	-	2.717	1.661	1.056	2.024	693
Saldo compensar ⁽⁸⁾	6.888	15.231	(8.642)	130	3.143	16.750	5.647	11.103	10.118	6.632
Efeitos postergação tarifárias ⁽⁹⁾	-	-	-	(335)	335	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros ⁽¹⁰⁾	676	431.760	(1)	8.476	8.721	449.632	-	449.632	214.940	234.692
Total Ativo	280.103	1.387.091	(200.900)	13.347	49.620	1.529.261	252.602	1.276.659	807.680	721.581

Passvos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2020	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Trans- ferência	Saldos em 30/09/2021	Valores em Amortização	Valores em Consti- tuição	Circulan- te	Não circulan- te
		Adição	Amortiza- ção	Remunera- ção						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	214.742	(33.776)	(311.261)	5.826	319.806	195.337	195.337	-	195.337	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽²⁾	8.508	-	(7.372)	8.668	(9.804)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	40.662	3.592	9.853	(5.352)	(37.422)	11.333	10.542	791	10.717	616
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	43.552	12.010	12.382	(558)	(45.466)	21.920	5.057	16.863	12.062	9.858
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	963	-	(799)	(28)	(136)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica Itaipu	4.878	1.841	759	(15)	(5.924)	1.539	1.499	40	1.518	21
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	53.204	(1.718)	(30.334)	58	(3.354)	17.856	17.856	-	17.856	-
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	29.401	188.803	146.094	169	(206.803)	157.664	29.834	127.830	89.215	68.449
Devoluções Tarifárias ⁽⁵⁾	213.746	51.648	2.343	4.451	-	272.188	20.930	251.258	22.237	249.951
CUSD	179	2.448	(278)	21	334	2.704	115	2.589	1.348	1.356
Exp.Submercados ⁽⁶⁾	76.589	(6.899)	(79.029)	(16.851)	26.190	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros ⁽¹⁰⁾	-	42.160	(17.058)	-	18.167	43.269	43.269	0	43.269	
Efeitos postergação tarifárias ⁽⁹⁾	9.538	(157)	-	(270)	(9.111)	-	-	-	-	-
Saldo a compensar ⁽⁸⁾	4.325	(2.964)	(2.812)	71	3.143	1.763	1.337	426	1.441	322
Total Passivo	700.287	256.988	(277.512)	(3.810)	49.620	725.573	325.776	399.797	395.000	330.573
Saldo Líquido	(420.184)	1.130.103	76.612	17.157	-	803.688	(73.174)	876.862	412.680	391.008

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- (3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (5) **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (6) **Exposição de submercados:** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre submercados.
- (7) **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

- (8) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (9) **Efeitos postergação tarifárias:** devido a pandemia do COVID-19, as controladas que passaram por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitaram a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste para a partir de 01 de julho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros.
- (10) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como diferimentos financeiros, compensação de créditos de ICMS, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica e repasse de Compensação DIC/FIC etc.
- Compensação de créditos referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - no processo tarifário de 2021 das controladas ETO e ESS foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. Durante o processo de cálculo das novas tarifas do exercício de 2021, as controladas ETO e ES efetuaram compensação de R\$12.981 e de R\$29.180, respectivamente, junto à Receita Federal do Brasil. Os montantes foram considerados como componente financeiro negativo extraordinário nos processos tarifários aprovados pelas Resoluções Homologatórias de nº 2.889 e de nº 2.893 de 29 de junho e de 06 de julho de 2021, respectivamente.
- (11) Postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica - as controladas EMT e EMS, devido aos altos impactos dos processos tarifários tiveram sua data de aplicação das novas tarifas postergadas de 08 de abril para o dia 22 de abril de 2021, para que a ANEEL tivesse tempo hábil para analisar todas as ações de mitigação do impacto tarifário. Os respectivos valores de R\$8.656 e R\$7.660, serão cobrados dos consumidores no próximo evento tarifário e foram reconhecidos pelas controladas como ativo financeiro setorial.

Adesão da CONTA COVID: as controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no valor máximo de R\$808.209, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros. No exercício de 2020, foram recebidos o montante de R\$808.209.

Segue os valores contratados pelas controladas:

Recursos protocolados junto a CONTA-COVID			Entrada de recursos						
Controladas	Ativo financeiro setorial	Total	31/7/2020 (1)	12/8/2020 (2)	14/9/2020 (3)	13/10/2020 (4)	12/11/2020 (5)	14/12/2020 (6)	28/12/2020 (7)
Energisa Mato Grosso	377.985	377.985	206.454	31.347	41.691	11.994	39.830	22.284	24.385
Energisa Mato do Grosso do Sul	296.268	296.268	231.492	24.574	21.279	9.292	9.630	-	-
Energisa Tocantins	36.560	36.560	23.163	4.046	-	-	142	3.723	5.487
Energisa Sul Sudeste	97.396	97.396	97.396	-	-	-	-	-	-
Total	808.209	808.209	558.505	59.967	62.970	21.286	49.602	26.007	29.872

- (1) Despacho ANEEL nº 2.177, de 24 de julho de 2020;
 (2) Despacho ANEEL nº 2.353, de 11 de agosto de 2020;
 (3) Despacho ANEEL nº 2.640, de 11 de setembro de 2020;
 (4) Despacho ANEEL nº 2.914, de 9 de outubro de 2020;
 (5) Despacho ANEEL nº 3.197, de 11 de novembro de 2020;
 (6) Despacho ANEEL nº 3.490, de 10 de dezembro de 2020; e
 (7) Despacho ANEEL nº 3.621, de 21 de dezembro de 2020.

A criação da CONTA-COVID, foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020, em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A, adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da CONTA-COVID foram incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

12. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Subvenção Baixa renda ⁽¹⁾	-	-	36.224	33.244
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	124.219	118.069
Ordens de desativação em curso ⁽²⁾	-	-	(232)	613
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	3.128	6.796
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.342	1.341
Adiantamentos a fornecedores e empregados	87	87	32.794	22.859
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽³⁾	-	-	138.806	122.631
Banco Daycoval ⁽⁴⁾	-	-	-	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval ⁽⁴⁾	-	-	-	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁵⁾	-	-	83.921	85.106
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁵⁾	-	-	(27.413)	(28.390)
Sub-rogação do CCC ⁽⁶⁾	-	-	31.023	15.902
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos ⁽⁷⁾	-	-	45.485	29.239
Padrão de Energia	-	-	3.260	3.260
Despesas pagas antecipadamente	-	-	46.506	44.920
Créditos Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	-	18.365
Provisões de créditos	-	-	(9.337)	(15.662)
Créditos Fiscais	-	-	3.962	3.962
Aquisição de combustível para conta CCC ⁽⁹⁾	-	-	9.049	4.417
EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência ⁽¹⁰⁾	-	-	15.067	16.141
Outros ⁽¹¹⁾	7.449	6.504	27.499	19.753
Total	7.536	6.591	565.303	502.566
Circulante	2.837	2.779	470.326	417.797
Não circulante	4.699	3.812	94.977	84.769

(1) **Subvenção Baixa renda - consolidado:** esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto referem-se as provisões de agosto e setembro de 2021, sobre os quais a Administração não espera apurar perdas na realização em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período:

Subvenção baixa renda	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31/12/2019	8.307	6.974	7.609	4.332	27.222
Subvenção baixa renda	81.049	65.108	72.225	31.526	249.908
Ressarcimento pela CCEE	(79.286)	(63.555)	(70.305)	(30.740)	(243.886)
Saldos consolidados em 31/12/2020	10.070	8.527	9.529	5.118	33.244
Subvenção baixa renda	47.699	38.849	45.821	19.255	151.624
Ressarcimento pela CCEE	(46.694)	(38.440)	(44.805)	(18.705)	(148.644)
Saldos consolidados em 30/09/2021	11.075	8.936	10.545	5.668	36.224

- (2) **Ordem de desativação em curso - consolidado:** refere-se às ordens de desativação em curso nas controladas, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído, o que ocorrerá no próximo trimestre.
- (3) **Subvenção CDE - Desconto tarifário - consolidado:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período- receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada período. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do período seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período:

Subvenção CDE	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31/12/2019	39.656	14.518	20.249	29.921	104.344
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	314.254	75.935	156.379	88.861	635.429
Ressarcimento pela CCEE	(282.205)	(73.947)	(161.630)	(99.360)	(617.142)
Saldos consolidados em 31/12/2020	71.705	16.506	14.998	19.422	122.631
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	243.836	63.230	120.532	71.827	499.425
Ressarcimento pela CCEE	(238.010)	(57.334)	(114.074)	(73.832)	(483.250)
Saldos consolidados em 30/09/2021	77.531	22.402	21.456	17.417	138.806

- (4) **Banco Daycoval:** refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S.A., em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, EMS e ESS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle das controladas. As controladas realizaram no mês de janeiro de 2021, cessão de títulos no montante de R\$176.791 referente ao Banco Daycoval que se encontrava totalmente provisionado e que foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. Vide maiores detalhes da operação do FIDC na nota explicativa nº 33 - Outros resultados - consolidado.
- (5) **Outros créditos a receber CELPA:** crédito que a Companhia e as controladas diretas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power Holding Energia S.A., até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power Holding Energia S.A. e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.
- (6) **Sub-rogação CCC:** a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						30/09/2021	31/12/2020
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	23.298	18.779	27.735	12.795
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	4.574	(39)	-	39
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	2.262	635	3.288	3.068
Total		53.125	41.782	30.134	19.375	31.023	15.902
Circulante						10.459	5.374
Não Circulante						20.564	10.528

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

- (7) **Créditos a receber de terceiros:** refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.
- (8) **Créditos Eletrobrás - LPT** - a controlada EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás em função do Contrato nº ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica. Em março de 2021 o ativo foi baixado em contrapartida da conta de obrigações especiais pendente de recebimento pelo encerramento da 6ª Tranche.
- (9) **Aquisição de combustível da conta CCC:** trata-se de direitos de ressarcimento da controlada EMT correspondentes ao custo de geração total, cujos gastos totais ultrapassaram o valor do ACRmed (custo coberto pelos consumidores da concessão). Os valores estabelecidos para o ano de 2021 foi de R\$253,50/MWh e em 2020 correspondia a R\$306,55/ MWh. A metodologia de apuração é estabelecida pela Lei nº 12.111/2017 regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 801/2017. O saldo a receber nessa rubrica em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 9.049 (R\$4.417 em 31 de dezembro de 2020).
- (10) **EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência - Fundo de Previdência Patronal:** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõem também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da Patrocinadora.
- (11) **Outros:** inclui provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$2.078 (R\$2.078 em 31 de dezembro de 2020).

13. Transações com partes relacionadas

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A que participa com 70,01% no capital social. A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,97%). A Energisa é controladora direta da Energisa Participações Minoritárias S/A (82,72%) que por sua vez possui participação direta na Rede Energia Participações S/A de 29,57% e na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A com 39,83%.

A Energisa S/A também possui controle acionário das seguintes empresas:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Serviços Aéreos S/A;
- Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda;
- Energisa Soluções S/A (ESO);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Geração Usina Maurício S/A;
- Parque Eólico Sobradinho Ltda;
- Alsol Energia Renováveis S.A;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e
- Voltz Capital S/A.

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

Controladora:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos				
. QMRA Participações S/A (“QMRA”)	374	-	352	-
. Energisa Participações Minoritárias S.A.	-	(206.678)	-	(197.186)
Total - não circulante	374	(206.678)	352	(197.186)

Condições dos contratos - controladora e consolidado:

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/12/2022
Energisa S/A (créditos opção “C” - RJ) ⁽²⁾	CDI + 2% a.a.	11/04/2036
QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2023

(1) Os contratos de mútuos que possuem prazo de 24 meses, nos termos dos contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média CDI+ 0,5122% (CDI + 0,4084% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(2) Energisa S/A (créditos opção “C” - RJ - referem-se a créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperada nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final de cada período as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia, referente a atualização dos contratos:

Companhias	Receitas / (-) Despesas financeira
QMRA Participações S/A	17
Energisa S/A	(17.313)
Energisa Participações Minoritárias S/A	(9.287)
Total em 30/09/2021	(26.583)
Total em 30/09/2020	1.116

Saldos dos passivos:

		Passivos						30/09/2021	31/12/2020
		Rede Energia	CTCE	Energisa Tocantins (1)	Energisa Mato Grosso (1)	Energisa Sul-Sudeste (1)	Energisa Mato Grosso do Sul (1)		
Energisa-RJ (2)	Créditos adquiridos - RJ	-	(3.830)	-	-	-	-	(3.830)	(2.625)
Energisa S.A.	Debêntures	-	-	(259.068)	(301.965)	(256.998)	(194.864)	(1.012.895)	(958.837)
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(206.678)	-	-	-	-	-	(206.678)	(197.186)
		(206.678)	(3.830)	(259.068)	(301.965)	(256.998)	(194.864)	(1.223.403)	(1.158.648)

(1) As controladas ETO, EMT, EMS e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com condições e vencimentos conforme nota explicativa nº 22 - Debêntures (não conversíveis em ações). Em 30 de setembro de 2021 o valor atualizado é de R\$1.012.895 (R\$958.837 em 31 de dezembro de 2020).

(2) Energisa RJ - Valores devidos pela da Companhia, originados dos credores.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas.

Empresas		Receitas / (-) Despesas financeira						30/09/2021	30/09/2020
		Rede Energia	CTCE	Energisa Tocantins	Energisa Mato Grosso	Energisa Sul-Sudeste	Energisa Mato Grosso do Sul		
Energisa	Mútuo	(17.313)	(139)	-	-	-	-	(17.452)	(8.852)
Energisa	Debêntures	-	-	(20.459)	(24.954)	(20.895)	(12.579)	(78.887)	(35.914)
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	17.977
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	17.370
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(9.287)	-	-	-	-	-	(9.287)	(25.473)
		(26.600)	(139)	(20.459)	(24.954)	(20.895)	(12.579)	(105.626)	(34.892)

Empresas	Serviços Contratados										30/09/2021	30/09/2020
	Energisa Soluções Construções S/A ⁽¹⁾	Energisa Soluções S/A ⁽¹⁾	Multi Energisa ⁽¹⁾	Energisa S/A ⁽²⁾	Alsol ⁽³⁾	EGO ⁽⁴⁾	Para I ⁽⁴⁾	Para II ⁽⁴⁾	Amazonas ⁽⁴⁾	Fundo FIDC ⁽⁵⁾		
Multi Energisa	-	-	-	(1.686)	-	-	-	-	-	-	(1.686)	(1.563)
ESS	(17.441)	(2.840)	2.821	(21.496)	(98)	(145)	(154)	(8)	(76)	3.535	(35.902)	(37.211)
EMT	(36.546)	(6.743)	6.848	(43.051)	(662)	(339)	(6.458)	(18)	(175)	100.142	12.998	(69.354)
EMS	-	(5.117)	10.222	(25.449)	(463)	(190)	(201)	(10)	(99)	27.404	6.097	(21.567)
ETO	(13.074)	(2.764)	3.713	(18.297)	(591)	(89)	(94)	(5)	(46)	17.778	(13.469)	(30.682)
EPB	-	-	3.058	-	-	-	-	-	-	-	3.058	3.327
EBO	-	-	507	-	-	-	-	-	-	-	507	419
EMG	-	-	1.567	-	-	-	-	-	-	-	1.567	1.365
ENF	-	-	432	-	-	-	-	-	-	-	432	440
ESE	-	-	1.200	-	-	-	-	-	-	-	1.200	1.372
EAC	-	-	1.833	-	-	-	-	-	-	-	1.833	1.550
ERO	-	-	3.151	-	-	-	-	-	-	-	3.151	2.430
	(67.061)	(17.464)	35.352	(109.979)	(1.814)	(763)	(6.907)	(41)	(396)	148.859	(20.214)	(149.474)

- (1) As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas e redes, subestações, engenharia e de projetos, e tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.
- (2) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL, e comissão de aval de garantias para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a.
- (3) Alsol Energia Renováveis S/A refere-se a serviços de execução do projeto de P&D.
- (4) Serviços prestados referente ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.
- (5) Fundo de Investimentos FIDIC - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão dos créditos comentados na nota explicativa nº 33 Outros resultados - consolidado.

Remuneração dos administradores:

	Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	911	916
Remuneração da Diretoria	7.941	6.588
Outros Benefícios ^(*)	9.161	5.026

(*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiro relativas ao mês de setembro de 2021 foram de R\$72 e R\$2 no consolidado (R\$85 e R\$3 em 30 de setembro de 2020, no consolidado). A remuneração média mensal no período findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$20 no consolidado (R\$36 em 30 de setembro de 2020, no consolidado).

Programa de Remuneração Variável (ILP) - Consolidado

As controladas ofereceram aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por

objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho das controladas. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de quatro programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP ⁽¹⁾	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	86.668	71.163	71.831	95.939
Data aprovação do Conselho de Administração	10 de maio de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021
Data de início <i>vesting</i>	02 de maio de 2018	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2000	14 de maio de 2021
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco ⁽²⁾	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade ⁽³⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,09
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$36,23

(1) Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo conforme segue:

Controladas	Liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo	
	R\$	Número de Units ^(*)
Energisa Mato Grosso	1.385	29.444
Energisa Mato Grosso Sul	665	14.119
Energisa Tocantins	800	17.011
Energisa Sul Sudeste	370	7.866
Total	3.220	68.440

(*) Valores líquidos de imposto de renda retido na fonte, de responsabilidade dos beneficiários.

(2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J202.. Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023);

(3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares")) para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Não há opções exercíveis ou expiradas, em 30 de setembro de 2021, para os programas 2ºm 3º e 4º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo em 30 de setembro de 2021, foram contabilizados R\$1.159 (R\$949 em 30 de setembro de 2020)

decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas - pessoal e administradores. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumula R\$5.553 (R\$4.394 em 31 de dezembro de 2020).

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras trimestrais e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras trimestrais de R\$458.706 na controladora e R\$1.010.554, no consolidado (R\$455.425 e R\$1.006.660, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

	Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Ativo		
Prejuízos fiscais	171.037	185.069
Base negativa da contribuição social	62.389	67.431
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	412.863	487.751
Contribuição Social	148.630	175.591
Total - ativo não circulante	794.919	915.842

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	266.962	271.018	1.257.982	1.296.628
Contribuição Social	96.106	97.567	452.874	466.786
Total - passivo não circulante	363.068	368.585	1.710.856	1.763.414
Total passivo não circulante Líquido	(363.068)	(368.585)	(915.937)	(847.572)

As diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ajustes a valor presente	(994.603)	(338.165)	(1.010.829)	(343.682)
Deságio sobre investimento	(73.244)	(24.903)	(73.244)	(24.903)
Total Passivo Não Circulante	(1.067.847)	(363.068)	(1.084.073)	(368.585)

	Consolidado			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	684.149	171.037	740.277	185.069
Base negativa da contribuição social	693.214	62.389	749.232	67.431
Créditos fiscais - ágio	67.285	22.877	75.360	25.622
Provisão ajuste atuarial	297.364	101.104	278.337	94.635
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias.	280.254	95.286	307.659	104.604
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD)	536.984	182.574	670.202	227.869
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	372.727	126.727	372.819	126.758
Marcação a mercado - empréstimos	55.110	18.737	187.621	63.791
Outras adições temporárias	41.454	14.094	56.428	19.188
Contratos e prestações de serviços	276	94	2.573	875
Ajustes a valor presente ⁽¹⁾	(1.902.896)	(646.985)	(1.928.468)	(655.679)
Intangível - Mais Valia	(938.356)	(319.041)	(1.039.811)	(353.536)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização ⁽²⁾	(1.262.879)	(429.379)	(944.822)	(321.239)
Deságio sobre investimento	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(75.978)	(25.833)	(89.317)	(30.368)
Marcação a mercado - derivativos	(663.413)	(225.560)	(995.685)	(338.534)
Total	(2.003.112)	(915.937)	(1.746.002)	(847.572)
Total - Ativo Não Circulante	3.028.817	794.919	3.440.508	915.842
Total - Passivo Não Circulante	(5.031.929)	(1.710.856)	(5.186.510)	(1.763.414)

(1) **Ajuste a valor presente:** refere-se basicamente ao ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

(2) **Intangível - Mais Valia:** refere-se ao Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMT, EMS, ETO e ESS.

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos é como segue:

Exercício	Consolidado
2021	20.519
2022	97.529
2023	81.230
2024	68.628
2025	67.411
2026 e 2027	145.187
2028 a 2030	314.415
Total	794.919

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	403.798	1.154.325	370.431	575.758
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais	(137.291)	(392.471)	(125.947)	(195.758)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	141.410	401.268	128.164	201.054
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(1.890)	(3.280)	(658)	(1.423)
Imposto de renda e contribuição social	2.229	5.517	1.559	3.873
Alíquota efetiva	0,55%	0,48%	0,42%	0,67%

	Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	685.117	2.013.843	630.820	1.008.821
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais	(232.940)	(684.706)	(214.479)	(342.999)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(1.037)	(3.356)	(1.155)	(2.492)
Incentivos fiscais regionais - Redução IRPJ (SUDAM) ⁽¹⁾	82.004	225.907	64.529	76.717
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(2.472)	(4.039)	16.799	14.179
Incentivos fiscais - Pesquisa e Desenvolvimento (Lei do Bem)	-	14.514	13.778	13.778
Efeitos desistência de processos judiciais - PERT	-	-	(2.372)	(4.744)
Outras exclusões	3.305	11.972	3.931	6.037
Imposto de renda e contribuição social	(151.140)	(439.708)	(118.969)	(239.524)
Alíquota efetiva	22,06%	21,83%	18,86%	23,74%

(1) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$225.907, sendo: R\$176.665 na EMT e R\$49.242 na ETO.

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

Em 2018 as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo de mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontram em fase de análise, formalizado junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham sua instrução garantida por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em 5 anos.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A companhia e suas controladas, em agosto de 2021, impetraram Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº

1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, entretanto, até o momento não foi publicado acórdão.

A companhia e suas controladas avaliaram junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluíram sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 30 de setembro compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

15. Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período/exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$325.380 (R\$46.534 em 30 de setembro de 2020).

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldos em 31/12/2020	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 30/09/2021
Energisa Mato Grosso (EMT)	3.183.825	195.000	(18.864)	225.296	3.585.257
Energisa Tocantins (ETO)	40.155	1.792	(3)	2.807	44.751
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.251.680	105.614	(3.458)	88.451	1.442.287
Energisa Sul Sudeste (ESS)	101.425	15.013	(166)	8.826	125.098
TOTAL GERAL - Não Circulante	4.577.085	317.419	(22.491)	325.380	5.197.393

(1) Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.

	Saldos em 31/12/2019	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 31/12/2020
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.689.436	395.689	(15.059)	113.759	3.183.825
Energisa Tocantins (ETO)	28.297	6.792	(110)	5.176	40.155
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.095.447	114.844	(2.740)	44.129	1.251.680
Energisa Sul Sudeste (ESS)	62.080	36.561	(23)	2.807	101.425
TOTAL GERAL - Não Circulante	3.875.260	553.886	(17.932)	165.871	4.577.085

(1) Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.

16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Participação em controladas	4.439.630	4.483.741	-	-
Outros	103	103	7.731	7.727
Total	4.439.733	4.483.844	7.731	7.727

Participação em controladas:

30/09/2021									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição									
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	3.248.611	2.182.067	1.066.544	222.081	170.273	817.732
Energisa Mato Grosso	57,68	126.292	1.677.113	11.474.586	8.403.671	3.070.915	853.894	492.551	1.771.396
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	5.368.697	4.121.385	1.247.312	392.302	251.116	798.416
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	2.892.999	2.310.852	582.147	115.336	114.471	577.780
Comercialização								3.072	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia ⁽¹⁾	99,98	5	2.345	5.590	205.351	(199.761)	3.073	3.072	-
Prestação de Serviços								6.687	15.587
Multi Energisa Serviços S.A.	99,90	1	5.000	25.210	9.607	15.603	6.694	6.687	15.587
Holdings e demais Companhias								142.029	458.719
QMR Participações S.A.	100,00	0	4.371	2.194	377	2.392	29	29	2.392
Rede Power Holding Energia S.A.	99,99	263	235.379	509.197	52.825	456.372	142.014	142.000	456.327
Total								1.180.199	4.439.630

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$199.718 (R\$202.790 em 31 de dezembro de 2020) registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

31/12/2020									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								836.128	3.996.683
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	3.349.073	2.407.739	941.334	203.750	156.218	721.732
Energisa Mato Grosso	57,68	126.292	1.677.113	9.948.407	6.853.547	3.094.860	636.419	367.102	1.785.208
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	4.425.976	3.063.687	1362.289	295.936	189.432	872.015
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	2.397.394	1.774.998	622.396	124.308	123.376	617.728
Comercialização								(18.910)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia ⁽¹⁾	99,98	5	2.345	5.500	208.334	(202.834)	(18.923)	(18.910)	-
Prestação de Serviços								6.963	14.535
Multi Energisa Serviços S.A.	99,90	1	5.000	25.711	11.161	14.550	6.970	6.963	14.535
Holdings e demais Companhias								102.673	472.523
QMRA Participações S.A.	100,00	4.371	2.194	2.715	355	2.360	13	13	2.360
Rede Power Holding Energia S.A.	99,99	263	235.379	528.128	57.918	470.210	105.875	102.660	470.163
Total								926.854	4.483.741

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$202.790 (R\$185.588 em 31 de dezembro de 2019) registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldos em 31/12/2020	Ganho/Perda aquisições de ações (*)	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldos em 30/09/2021
Distribuição	3.996.683	7.346	(1.067.116)	1.028.411	3.965.324
Energisa Tocantins	721.732	145	(74.418)	170.273	817.732
Energisa Mato Grosso	1.785.208	6.758	(513.121)	492.551	1.771.396
Energisa Mato Grosso do Sul	872.015	228	(324.943)	251.116	798.416
Energisa Sul Sudeste	617.728	215	(154.634)	114.471	577.780
Comercialização	-	-	-	3.072	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	-	3.072	-
Prestação de Serviços	14.535	-	(5.635)	6.687	15.587
Multi Energisa Serviços S.A.	14.535	-	(5.635)	6.687	15.587
Holdings e demais companhias	472.523	144	(155.977)	142.029	458.719
QMRA Participações S.A.	2.360	-	3	29	2.392
Rede Power do Brasil S.A.	470.163	144	(155.980)	142.000	456.327
Total	4.483.741	7.490	(1.228.728)	1.180.199	4.439.630

(*) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Energisa Mato Grosso, Energisa Sul Sudeste, Rede Power, reflexas de ganho no montante de R\$7.490, referente a: (i) R\$6.319 de ganho na distribuição de dividendos; (ii) R\$4 de perdas de compra de ações da controladora ESS; (iv) R\$16, apurado pela Rede Power, referente a ganho de recebimento de dividendos. Adicionalmente foram apurados por equivalência ganhos de R\$1.159 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo.

Controladas	Saldo em 31/12/2019	Subscrição/aquisição e AFAC (*)	Ganho/Perda aquisições de ações (**)	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Distribuição	3.521.502	(65.337)	(4.281)	(303.079)	11.750	836.128	3.996.683
Energisa Tocantins	592.374	-	732	(31.935)	4.343	156.218	721.732
Energisa Mato Grosso	1.552.336	(65.351)	(5.944)	(69.751)	6.816	367.102	1.785.208
Energisa Mato Grosso do Sul	807.645	-	509	(125.000)	(571)	189.432	872.015
Energisa Sul Sudeste	569.147	14	422	(76.393)	1.162	123.376	617.728
Comercialização	-	1.845	(137)	-	-	(18.910)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	1.845	(137)	-	-	(18.910)	-
Prestação de Serviços	16.935	-	-	(10.548)	1.185	6.963	14.535
Multi Energisa Serviços S.A.	16.935	-	-	(10.548)	1.185	6.963	14.535
Holdings e demais companhias	426.105	-	291	(56.226)	(320)	102.673	472.523
QMRA Participações S.A.	2.350	-	-	(3)	-	13	2.360
Rede Power do Brasil S.A.	423.755	-	291	(56.223)	(320)	102.660	470.163
Total	3.964.542	(63.492)	(4.127)	(369.853)	12.615	926.854	4.483.741

(*) O montante de R\$65.351 refere-se a cessão de parte do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital da controladora para a acionista Energisa Participações Minoritárias.

(**) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas CTCE, Energisa Mato Grosso, Energisa Sul Sudeste, Rede Power, reflexas de (perdas) no montante de R\$7.039, referente a: (i) R\$137 da CTCE, refere-se a mudança de percentual de participação do capital social; (ii) R\$6.891 de perdas na distribuição de dividendos; (iii) R\$6 de perdas de compra de ações da controladora ESS; (iv) R\$5, apurado pela Rede Power, referente a ganho de recebimento de dividendos. Adicionalmente foram apurados por equivalência ganhos de R\$2.912 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo.

17. Ativo contratual - infraestrutura em construção - consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldo em 30/09/2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	583.572	1.044.591	(339.952)	(364.511)	923.700
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	237.276	76.148	(52.313)	(47.092)	214.019
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	346.296	968.443	(287.639)	(317.419)	709.681

	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldo em 31/12/2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	799.071	997.875	(619.757)	(593.617)	583.572
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	112.424	188.793	(24.210)	(39.731)	237.276
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	686.647	809.082	(595.547)	(553.886)	346.296

(1) Do Montante de R\$287.639 (R\$595.547 em 31 de dezembro de 2020). Deste total, R\$292.418 foram transferidos para o ativo intangível - contrato de concessão e R\$(4.779) para imobilizado.

(2) As baixas realizadas no período de R\$317.419 (R\$553.886 em 31 de dezembro de 2020) referem-se ao montante transferido para o ativo financeiro indenizável da concessão por corresponder a parcela bifurcada do ativo contratual líquido a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

18. Imobilizado - consolidado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Depreciação	Saldos em 30/09/2021
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	2.473	-	11.837	-	14.310
Máquinas e Equipamentos	15,43%	124.517	-	6.953	-	131.470
Veículos	14,29%	-	-	288	-	288
Móveis e utensílios	6,25%	30.492	-	1.277	-	31.769
Total do imobilizado em serviço		157.482	-	20.355	-	177.837
Depreciação acumulada:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(698)	-	(84)	(92)	(874)
Máquinas e Equipamentos		(94.389)	-	(5)	(6.875)	(101.269)
Veículos		-	-	(2)	(12)	(14)
Móveis e utensílios		(19.203)	-	-	(899)	(20.102)
Total Depreciação acumulada		(114.290)	-	(91)	(7.878)	(122.259)
Subtotal Imobilizado		43.192	-	20.264	(7.878)	55.578
Imobilizado em curso		33.212	21.251	(25.043)	-	29.420
Total do Imobilizado		76.404	21.251	(4.779)	(7.878)	84.998

(1) O montante de R\$(4.779) refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão.

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	2.473	-	-	-	-	2.473
Máquinas e Equipamentos	15,76%	116.185	-	8.418	(86)	-	124.517
Móveis e utensílios	6,25%	28.806	-	1.686	-	-	30.492
Total do imobilizado em serviço		147.464	-	10.104	(86)	-	157.482
Depreciação acumulada:							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(619)	-	-	-	(79)	(698)
Máquinas e Equipamentos		(85.132)	-	-	49	(9.306)	(94.389)
Móveis e utensílios		(18.058)	-	-	-	(1.145)	(19.203)
Total Depreciação acumulada		(103.809)	-	-	49	(10.530)	(114.290)
Subtotal Imobilizado		43.655	-	10.104	(37)	(10.530)	43.192
Imobilizado em curso		5.526	45.405	(17.719)	-	-	33.212
Total do Imobilizado		49.181	45.405	(7.615)	(37)	(10.530)	76.404

(1) O montante de R\$(7.615), refere-se às reclassificações para o Intangível - software.

19. Intangível - consolidado

	30/09/2021	31/12/2020
Intangível - contrato de concessão	5.309.623	5.526.948
Intangível - direito de uso	13.404	25.850
Intangível - software	90.246	87.266
Total	5.413.273	5.640.064

19.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	SalDOS em 31/12/2020	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	SalDOS em 30/09/2021
Intangível em Serviço						
Custo:	7,28%	15.616.617	346.044	(137.239)	-	15.825.422
Amortização Acumulada		(8.299.742)	(1.325)	89.983	(596.423)	(8.807.507)
Subtotal		7.316.875	344.719	(47.256)	(596.423)	7.017.915
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,51%	3.938.133	52.313	-	-	3.990.446
Amortização Acumulada		(2.148.206)	(12)	-	(133.936)	(2.282.154)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.789.927	52.301	-	(133.936)	1.708.292
Total Intangível		5.526.948	292.418	(47.256)	(462.487)	5.309.623

- (1) Do montante de R\$292.418, R\$287.639 foram transferidos para o ativo contratual - infraestrutura em construção e R\$4.779 para o imobilizado;
- (2) As baixas no montante de R\$47.256 referem-se às baixas realizadas no período contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e, ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$23.647 (R\$31.032 em 31 de dezembro de 2020), não inclui o montante de R\$327 referente a provisão de despesa de incorporação de redes.

	Taxa Média de Amortização (%)	SalDOS em 31/12/2019	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	SalDOS em 31/12/2020
Intangível em Serviço						
Custo:	7,31%	15.158.362	619.757	(161.502)	-	15.616.617
Amortização Acumulada		(7.629.597)	(13)	110.290	(780.422)	(8.299.742)
Subtotal		7.528.765	619.744	(51.212)	(780.422)	7.316.875
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,78%	3.913.923	24.210	-	-	3.938.133
Amortização Acumulada		(1.994.469)	(13)	-	(153.724)	(2.148.206)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.919.454	24.197	-	(153.724)	1.789.927
Total Intangível		5.609.311	595.547	(51.212)	(626.698)	5.526.948

- (1) O montante de R\$595.547 são transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção.
- (2) As baixas no montante de R\$51.212 referem-se às baixas realizadas no período contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e, ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$31.032 (R\$31.682 em 31 de dezembro de 2019), não inclui o montante de R\$61 referente a provisão de despesa de incorporação de redes.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pelas controladas ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de

cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 7,28% (7,31% em 31 de dezembro de 2020).

O saldo do intangível e ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

	30/09/2021	31/12/2020
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.401.085	3.344.545
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	1.232.304	1.212.266
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	238.347	238.347
Reserva para reversão	6.099	6.529
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	241.720	241.720
(-) Amortização acumulada	(2.282.154)	(2.148.206)
Total	2.837.401	2.895.201
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	915.090	867.998
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.708.292	1.789.927
Infraestrutura - Ativo contratual - infraestrutura em construção	214.019	237.276
Total	2.837.401	2.895.201

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

19.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 30/09/2021
Direito de Uso - Imóveis							
Custo:	24,23%	43.434	7.794	453	(13.259)	-	38.422
Amortização Acumulada		(17.584)	-	(453)	-	(6.981)	(25.018)
Total		25.850	7.794	-	(13.259)	(6.981)	13.404

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Direito de Uso - Imóveis						
Custo:	22,24%	32.924	11.597	(1.087)	-	43.434
Amortização Acumulada		(8.280)	-	-	(9.304)	(17.584)
Total		24.644	11.597	(1.087)	(9.304)	25.850

19.3. Intangível - software

	Taxa média de amortização (%)	SalDOS em 31/12/2020	Adições	Transferência	Amortização	SalDOS em 30/09/2021
Intangível						
Em serviço:	20,00%	223.795	-	20.047	-	243.842
Amortização Acumulada		(158.370)	-	-	(19.818)	(178.188)
Em curso		21.841	22.798	(20.047)	-	24.592
Total		87.266	22.798	-	(19.818)	90.246

	Taxa média de amortização (%)	SalDOS em 31/12/2019	Adições	Transferência (1)	Baixas	Amortização	SalDOS em 31/12/2020
Intangível							
Em serviço:	20,00%	213.703	-	10.488	(396)	-	223.795
Amortização Acumulada		(134.089)	-	-	363	(24.644)	(158.370)
Em curso		117	24.597	(2.873)	-	-	21.841
Total		79.731	24.597	7.615	(33)	(24.644)	87.266

(1) O montante de R\$7.615 refere-se às reclassificações para o Imobilizado.

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
CCEE (1)	-	-	545.800	331.445
Contratos Bilaterais (2)	-	-	796.532	690.722
Uso de rede básica (2)	-	-	79.825	81.809
Encargos de Serviço no sistema (3)	-	-	41.558	33.645
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (2)	-	-	6.660	6.282
Materiais, serviços e outros (4)	125	130	209.506	144.510
Total	125	130	1.679.881	1.288.413
Circulante	125	130	1.607.275	1.215.739
Não Circulante	-	-	72.606	72.764

(1) CCEE - a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e aumentou principalmente pela alta do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que atingiu média próxima ao teto, comparando agosto e -setembro de 2021 com novembro e dezembro de 2020. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

(2) Contratos bilaterais e uso da rede básica - corresponde a aquisição de energia elétrica ocorrida no período, firmados com geradores tendo sua variação ocorrida no período principalmente pelas alterações expressiva no dólar causando impacto direto na despesa dos contratos de Itaipu e devido aos reajustes de preços dos demais contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC). O prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(3) Encargos do serviço do sistema - a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. Os reservatórios de usinas hidrelétricas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste vem apresentando baixo armazenamento, similares ao de 2001, ano do último racionamento. Por esse motivo, houve a necessidade de despachar as térmicas para manutenção dos reservatórios.

(4) Materiais, serviços e outros - referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica. O prazo médio de liquidação nas controladas são de 30 dias.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 30/09/2021
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pré Fixado	20.249	(1.116)	836	1.470	21.439
Outros	148.469	-	-	16.590	165.059
Total do custo	168.718	(1.116)	836	18.060	186.498
Circulante	471				190
Não Circulante	168.247				186.308

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2019	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pré Fixado	18.545	(1.117)	1.119	1.702	20.249
Outros	128.814	-	-	19.655	148.469
Total do custo	147.359	(1.117)	1.119	21.357	168.718
Circulante	468				471
Não Circulante	146.891				168.247

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 30/09/2021
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	29.404	-	(2.415)	(1.529)	1.181	-	-	1.823	28.464
Pós Fixado									
INPC	-	16.419	(1.009)	(601)	1.640	-	-	-	16.449
IPCA	-	863.605	-	(11.053)	41.645	-	-	-	894.197
CDI	2.120.117	310.000	(692.238)	(85.278)	61.901	-	-	-	1.714.502
TR	645.069	-	-	(32.076)	31.901	-	-	-	644.894
Gastos com captação	(748)	-	-	-	954	(5.068)	-	-	(4.862)
Outros	148.469	-	-	-	-	-	-	16.591	165.060
Total do custo	2.942.311	1.190.024	(695.662)	(130.537)	139.222	(5.068)	-	18.414	3.458.704
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.758.442	783.098	(1.004.036)	(24.762)	90.084	-	-	-	1.602.826
Euro	466.762	-	-	(3.399)	(2.439)	-	-	-	460.924
Gastos com captação	(1.096)	-	-	-	566	-	-	-	(530)
Marcação a mercado	16.652	-	-	-	-	-	(5.734)	-	10.918
Total ao valor justo	2.240.760	783.098	(1.004.036)	(28.161)	88.211	-	(5.734)	-	2.074.138
Total	5.183.071	1.973.122	(1.699.698)	(158.698)	227.433	(5.068)	(5.734)	18.414	5.532.842
Circulante	2.067.303								1.267.532
Não Circulante	3.115.768								4.265.310

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	31.483	-	(4.194)	(1.774)	1.778	-	-	2.111	29.404
Pós Fixado									
CDI	1.513.983	1.073.333	(513.333)	(43.683)	89.817	-	-	-	2.120.117
TR	644.894	-	-	(43.174)	43.349	-	-	-	645.069
Gastos com captação	(641)	-	-	-	960	(1.067)	-	-	(748)
Outros	128.814	-	-	-	-	-	-	19.655	148.469
Total do custo	2.318.533	1.073.333	(517.527)	(88.631)	135.904	(1.067)	-	21.766	2.942.311
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.747.098	133.725	(575.667)	(60.675)	513.961	-	-	-	1.758.442
Euro	210.506	122.972	-	(3.883)	137.167	-	-	-	466.762
Gastos com captação	(1.850)	-	-	-	754	-	-	-	(1.096)
Marcação a mercado	15.928	-	-	-	-	-	724	-	16.652
Total ao valor justo	1.971.682	256.697	(575.667)	(64.558)	651.882	-	724	-	2.240.760
Total	4.290.215	1.330.030	(1.093.194)	(153.189)	787.786	(1.067)	724	21.766	5.183.071
Circulante	781.854								2.067.303
Não Circulante	3.508.361								3.115.768

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)			Garantias (*)
	30/09/2021	31/12/2020							
REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.									
Credores "RJ" - Bicbanco	6.691	6.320	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%			R
Credores "RJ" - BNB	14.747	13.929	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%			R
Credores "RJ" - Opção "C"	165.060	148.469	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%			-
Total em Moeda Nacional	186.498	168.718							
Total Rede Energia Participações S.A.	186.498	168.718							
EMT									
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.402	353.498	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	5,21%			R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	458.331	481.684	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	3,04%			R
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	313.852	304.361	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	3,12%	a	0,00%	A
Santander FRN4133870 (1)	190.712	192.161	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	3,23%	a	0,00%	A
CCB BRADESCO 24032020 (1)	-	137.301	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	6,10%	a	0,00%	A
CCB ITAÚ 1011200300114	-	30.499	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	5,58%	a	0,00%	A
Santander FRN 4135786	-	332.290	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	5,95%	a	0,00%	A
Santander FRN 4137163	-	69.701	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	5,58%	a	0,00%	A
Santander FRN 4137165	73.765	69.700	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	5,58%	a	0,00%	A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A (1)	140.830	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,27%	a	0,00%	A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B (1)	181.804	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,27%	a	0,00%	A + R
EMT X ENERGISA PREV - Migração 2020	5.046	-	INPC + 5,460% a.a.	dez/31	Mensal	10,01%			A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017	190	-	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	10,00%			A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2015 A 2019	2.579	-	INPC + 5,47% a.a.	out/39	Mensal	10,02%			A

RESULTADOS 3º TRIMESTRE DE 2021



Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/09/2021	31/12/2020						
Custo de captação incorrido na contratação	(1.555)	(518)						
Total em Moeda Nacional	1.718.956	1.970.677						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	-	128.375	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	5,72% a 6,02%		A
Citibank Loan - 4131 (1)	39.051	74.624	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	6,09%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	39.049	74.619	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	6,17%		A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021	127.989	-	1,2070% a.a.	jun/24	Final	5,58%		A
J P MORGAN Loan (1)	145.556	139.083	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	5,61%		A
Merryl Lynch Loan (1)	67.265	68.115	0,6870% a.a.	dez/22	Final	-0,73%		A
Scotiabank Loan (1)	269.388	255.699	2,1964% a.a.	dez/22	Final	6,32%		A
Citibank Loan 56416 (1)	63.156	60.347	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	5,27%		A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1)	-	88.973	2,83% a.a.	jan/21	Final	6,79%		A
Merryl Lynch Loan 25082021 (1)	249.962	-	Libor + 1,70% a.a.	set/23	Final	6,09%		A
Citibank Loan 59606 (1)	108.941	-	Libor + 1,18% a.a.	ago/23	Final	5,70%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(164)	(328)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	7.308	8.059						
Total em Moeda Estrangeira	1.117.501	897.566						
Total EMT	2.836.457	2.868.243						
EMS								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.492	291.571	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	5,21%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	209.139	219.794	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	3,04%		R
Nota Promissória (1)	74.191	71.866	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	3,23%		A
CCB Safrá 001660014	81.408	81.816	CDI + 1,80% a.a.	jun/23	Final	3,87%		A
EMS X SANTANDER FRN 4137245	-	67.937	CDI + 4,10% a.a.	ago/21	Final	5,58%		A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A (1)	114.969	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,27%		A + R
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B (1)	148.290	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,27%		A + R
EMS X ENERGISA PREV - Migração 2020	417	-	INPC + 5,00% a.a.	abr/29	Mensal	9,67%		A
Nota Promissória 3ª emissão (1)	50.652	-	CDI + 1,75% a.a.	jul/24	Final	3,83%		A
EMS X SANTANDER CCB 1038715	151.775	-	CDI + 1,70% a.a.	jul/23	Final	3,79%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.618)	(230)						
Total em Moeda Nacional	1.120.715	732.754						
Citibank Loan - 4131 (1)	39.323	75.142	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	6,09%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	39.315	75.125	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	6,17%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	71.376	72.278	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	-0,51%		A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1)	83.908	-	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	6,04%		A
Loan Citi - 59382 (1)	147.556	-	Libor + 1,16% a.a.	jul/24	Final	5,69%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(148)	(314)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(78)	1.202						
Total em Moeda Estrangeira	381.252	223.433						
Total EMS	1.501.967	956.187						
ETO								
Luz para Todos I -	1.878	4.293	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	4,47%		R

RESULTADOS 3º TRIMESTRE DE 2021



Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	30/09/2021	31/12/2020					
Eletrobrás							
CCB ITAÚ			CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final	5,51%	A
101120030007500	-	20.335					
ETO X BNDES - 20.2.0496-1 (1)	174.199	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,27%	A + R
ETO X ENERGISA PREV - Migração 2020	1.103	-	INPC + 4,964% a.a.	jun/30	Mensal	9,64%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017	17	-	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	10,00%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit 2017 2018 2019	59	-	INPC + 4,75% a.a.	ago/23	Mensal	9,48%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(821)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	176.435	24.628					
Resolução 4131 - Itaú (1)	-	270.261	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	7,92%	R
Loan Citi - 4131 (1)	30.533	58.349	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	6,09%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	30.524	58.331	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	6,17%	A
Merrill lynch Loan (1)	-	161.733	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	5,72%	A
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021	83.908	-	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	6,04%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(140)	(297)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.145	3.349	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	145.970	551.726					
Total ETO	322.405	576.354					
ESS							
CCB ITAÚ			CDI + 4,00%	mar/21	Final	5,51%	A
101120030007400	-	40.672					
ESS X BNDES - 20.2.0497-1	134.105	-	IPCA + 5,10%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,47%	A + R
ESS X ENERGISA PREV - Migração 2020	6.518	-	INPC + 4,906%	abr/31	Mensal	9,60%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017	82	-	INPC + 5,45%	nov/33	Mensal	10,00%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit 2017 2018 2019	438	-	INPC + 4,75%	ago/29	Mensal	9,48%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE	9.054	-	CDI + 1,50%	ago/22	Final	3,64%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE	9.588	-	CDI + 1,50%	ago/23	Final	3,64%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE	92.035	-	CDI + 1,50%	ago/24	Final	3,64%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(868)	-					
Total em Moeda Nacional	250.952	40.672					
Loan Citi - 4131 (1)	18.658	35.654	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	6,09%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	18.662	35.656	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	6,17%	A
Merrill lynch Loan (1)	-	102.546	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	5,72%	A
Merrill lynch Loan (1)	153.985	155.944	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	-0,60%	A
Scotiabank Loan (1)	67.347	63.925	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	6,32%	A
Merrill lynch Loan (1)	168.298	170.425	0,7257% Pré a.a.	jan/23	Final	5,22%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(78)	(157)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.543	4.042	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	429.415	568.035					
Total ESS	680.367	608.707					
CTCE							
Credores "RJ" - BMG	5.148	4.862	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	5.148	4.862					

RESULTADOS 3º TRIMESTRE DE 2021



Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	30/09/2021	31/12/2020					
Total CTCE	5.148	4.862					
Em Moeda Nacional	3.458.704	2.942.311					
Em Moeda Estrangeira	2.074.138	2.240.760					
Total Rede Consolidada	5.532.842	5.183.071					

(*) A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

- (1) Condições de *covenants* - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 em diante Para os financiamentos do BNDES e do BAML com vencimento em 02/2024 - 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de setembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo de 30 de setembro de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota explicativa nº 35 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de risco.

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$89.606 (R\$96.887 em 31 de dezembro de 2020), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas possuem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período:

Moeda/indicadores	30/09/2021	31/12/2020
US\$ x R\$	-3,74%	28,93%
CDI	1,28%	2,77%
IPCA	3,77%	4,52%
LIBOR	0,19%	0,28%
TR	0,00%	0,00%
Euro	-7,06%	40,78%
INPC	3,95%	5,45%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2022	-	444.458
2023	-	1.105.807
2024	-	725.403
2025	-	142.472
Após 2025	186.308	1.847.170
Total	186.308	4.265.310

22. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 30/09/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado					
Pré Fixado	67.314	(3.339)	2.497	5.119	71.591
Total ao custo	67.314	(3.339)	2.497	5.119	71.591
Circulante	1.409				567
Não Circulante	65.905				71.024

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2019	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado					
Pré Fixado	61.355	(3.339)	3.348	5.950	67.314
Total ao custo	61.355	(3.339)	3.348	5.950	67.314
Circulante	1.400				1.409
Não Circulante	59.955				65.905

	Consolidado						
	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 30/09/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado							
Pré Fixado	67.314	-	(3.339)	2.497	-	5.119	71.591
Pos Fixado							
CDI	2.058.841	(239.009)	(46.252)	64.420	-	-	1.838.000
IPCA	1.704.789	-	(75.576)	186.079	-	-	1.815.292
Gastos com captação	(32.517)	-	-	6.388	-	-	(26.129)
Marcação a mercado	170.969	-	-	-	(126.777)	-	44.192
Total ao custo	3.969.396	(239.009)	(125.167)	259.384	(126.777)	5.119	3.742.946
Circulante	429.417						527.017
Não Circulante	3.539.979						3.215.929

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	61.355	-	-	(3.339)	3.348	-	-	5.950	67.314
CDI	2.088.242	785.825	(801.734)	(92.558)	79.066	-	-	-	2.058.841
IPCA	1.311.751	325.000	-	(66.970)	135.008	-	-	-	1.704.789
Gastos com captação	(27.813)	-	-	-	9.170	(13.874)	-	-	(32.517)
Marcação a mercado	154.497	-	-	-	-	-	16.472	-	170.969
Total ao custo	3.588.032	1.110.825	(801.734)	(162.867)	226.592	(13.874)	16.472	5.950	3.969.396
Circulante	304.423								429.417
Não Circulante	3.283.609								3.539.979

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	30/09/2021	31/12/2020							
REDE ENERGIA									
4ª Emissão	71.591	67.314	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov-35	Final	1,00%	SG
Total REDE ENERGIA	71.591	67.314							
ETO									
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	49.375	46.739	15/06/17	39.771 / 39.771	IPCA+5, 60% a.a	jun / 22	Final	9,84%	SG
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	44.324	41.963	15/06/17	35.696 / 35.696	IPCA+5, 6601% a.a	jun / 24	Final	9,89%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	12.038	10.879	15/10/17	9.526 / 9.526	IPCA+4, 4885% a.a	out / 22	Final	9,02%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.248	2.028	15/10/17	1.775 / 1.775	IPCA+4, 7110% a.a	out / 24	Final	9,18%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.198	3.777	15/10/17	3.304 / 3.304	IPCA+5, 1074% a.a	out / 27	Final	9,48%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	80.035	77.929	15/10/17	116.395 / 116.395	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,72%	SG
Debêntures 4ª Emissão	279.201	263.969	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5, 0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,46%	A
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	241.726	237.970	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	3,23%	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	165.330	162.677	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	3,38%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.658	7.056	11/10/20	6.880 / 6.880	IPCA+4, 2297% a.a	out / 27	Final	8,83%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	59.190	54.499	11/10/20	53.120 / 53.120	IPCA+4, 4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	9,00%	SG
Custos de captação	(6.316)	(7.827)							
Marcação à Mercado de Dívida	11.766	46.204							
Total ETO	950.773	947.863							
EMS									
Debêntures 8ª Emissão	100.276	201.202	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	2,71%	A
Debêntures 9ª Emissão 1ª	13.599	12.290	15/10/17	10.762 /	IPCA+4,	out / 22	Final	9,02%	SG

RESULTADOS 3º TRIMESTRE DE 2021

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	30/09/2021	31/12/2020							
Série				10.762	4885% a.a				
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	2.540	2.292	15/10/17	2.006 / 2.006	IPCA+4, 7110% a.a	out / 24	Final	9,18%	SG
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	4.744	4.268	15/10/17	3.733 / 3.733	IPCA+5, 1074% a.a	out / 27	Final	9,48%	SG
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	90.421	88.041	15/10/17	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,72%	SG
Debêntures 10ª Emissão	-	11.066	15/02/18	15.000 / 1.095	CDI +0,95%	fev / 21	Final	3,23%	SG
Debêntures 11ª Emissão	180.318	170.480	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5, 0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,46%	A
Debêntures 12ª Emissão	111.836	110.160	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,07%	A
Debêntures 13ª Emissão	18.956	56.905	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	3,07%	A
Debêntures 14ª Emissão	140.511	141.021	25/08/20	139.471 / 139.471	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	4,24%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	9.561	8.809	11/10/20	8.590 / 8.590	IPCA+4, 2297% a.a	out / 27	Final	8,83%	SG
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	73.999	68.134	11/10/20	66.410 / 66.410	IPCA+4, 4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	9,00%	SG
Custos de captação	(4.255)	(5.190)							
Marcação à Mercado de Dívida	5.369	23.986							
Total EMS	747.875	893.464							
EMT									
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	101.660	96.232	15/06/17	81.885 / 81.885	IPCA+5, 60% a.a	jun / 22	Final	9,84%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	91.258	86.398	15/06/17	73.494 / 73.494	IPCA+5, 6601% a.a	jun / 24	Final	9,89%	SG
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	13.324	12.041	15/10/17	10.544 / 10.544	IPCA+4, 4885% a.a	out / 22	Final	9,02%	SG
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.488	2.245	15/10/17	1.965 / 1.965	IPCA+4, 7110% a.a	out / 24	Final	9,18%	SG
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.647	4.182	15/10/17	3.657 / 3.657	IPCA+5, 1074% a.a	out / 27	Final	9,48%	SG
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	88.589	86.257	15/10/17	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,72%	SG
Debêntures 8ª Emissão	-	87.547	15/02/18	47.000 / 8.658	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	3,34%	SG
Debêntures 9ª Emissão	447.886	423.451	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5, 0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,46%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	119.460	117.668	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,07%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	33.075	32.553	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	3,31%	A
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	131.013	131.378	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	3,23%	A

RESULTADOS 3º TRIMESTRE DE 2021

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	30/09/2021	31/12/2020							
Debêntures 12ª Emissão	384.196	385.591	25/08/20	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	4,24%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	66.856	61.696	15/10/20	60.100 / 60.100	IPCA+4, 2297% a.a	out / 27	Final	8,83%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	77.842	71.786	15/10/20	69.900 / 69.900	IPCA+4, 4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	9,00%	A
Custos de captação	(11.838)	(14.835)							
Marcação à Mercado de Dívida	20.379	77.956							
Total EMT	1.570.835	1.662.146							
ESS									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	53.438	50.586	15/06/17	43.044 / 43.044	IPCA+5, 60% a.a	jun / 22	Final	9,84%	SG
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	47.969	45.414	15/06/17	38.632 / 38.632	IPCA+5, 6601% a.a	jun / 24	Final	9,89%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	10.842	9.798	15/10/17	8.580 / 8.580	IPCA+4, 4885% a.a	out / 22	Final	9,02%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.024	1.827	15/10/17	1.599 / 1.599	IPCA+4, 7110% a.a	out / 24	Final	9,18%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3.783	3.403	15/10/17	2.977 / 2.977	IPCA+5, 1074% a.a	out / 27	Final	9,48%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	72.093	70.195	15/10/17	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,72%	SG
Debêntures 4ª Emissão	81.435	76.992	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5, 0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,46%	A
Debêntures 5ª Emissão	60.483	60.681	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a	fev / 25	Final	3,38%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.657	7.056	11/10/20	6.880 / 6.880	IPCA+4, 2297% a.a	out / 27	Final	8,83%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	59.190	54.499	11/10/20	53.120 / 53.120	IPCA+4, 4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	9,00%	SG
Custos de captação	(3.720)	(4.665)							
Marcação à Mercado de Dívida	6.678	22.823							
Total ESS	401.872	398.609							
TOTAL	3.724.883	3.830.944							
Custos de captação	(26.129)	(32.517)							
Marcação à Mercado de Dívida	44.192	170.969							
n	3.742.946	3.969.396							
CONSOLIDADO	3.742.946	3.969.396							

(*) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$270.337 (R\$274.734 em 31 de dezembro de 2020) de ajuste a valor presente.

Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 em diante (*) 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) Para 12ª e 13ª emissão de Debêntures da Energisa Mato Grosso, 14ª emissão da Energisa Mato Grosso do Sul possui limite de 4,25x até o vencimento.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 30 de setembro de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2022	-	207.940
2023	-	636.296
2024	-	1.170.159
2025	-	568.218
Após 2025	71.024	633.316
Total	71.024	3.215.929

23. Arrendamentos operacionais - consolidado

As controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seus contratos de arrendamento, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode ocasionar distorções relevantes nas informações de saldos a serem prestadas. A Companhia e suas controladas avaliaram estes efeitos e concluíram quanto sua imaterialidade para as informações financeiras intermediárias do período. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações do período são como segue:

Arrendamentos operacionais	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldos em 30/09/2021
Arrendamentos operacionais - imóveis	4	8,89%	27.073	7.794	(9.308)	1.963	(13.259)	14.263
Circulante			9.511					7.631
Não circulante			17.562					6.632

Arrendamentos operacionais	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 31/12/2020
Arrendamentos operacionais - imóveis	4	8,89%	25.335	11.597	(7.859)	(913)	(1.087)	27.073
Circulante			10.779					9.511
Não circulante			14.556					17.562

Em 30 de setembro de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2021
2022	2.629
2023	1.473
Após 2024	2.530
Total	6.632

24. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	-	-	876.787	736.352
Impostos S/Serviços - ISS	-	-	11.499	10.556
Encargos Sociais	1	1	36.117	30.178
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ ⁽²⁾	-	-	40.029	22.666
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL ⁽²⁾	-	-	17.652	16.606
Contribuições ao PIS e COFINS ⁽³⁾	64	100	214.644	99.933
PIS e COFINS - sobre atualização efeitos da redução do ICMS na base de cálculo	-	-	635	2.831
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	367	221	4.190	4.676
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	-	-	231	143
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	203	417	208	421
Outros	16	17	12.251	11.877
Total	651	756	1.214.243	936.239
Circulante	651	756	630.588	441.996
Não Circulante	-	-	583.655	494.243

(1) ICMS - a controlada Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$40.354 (R\$37.043 em 31 de dezembro de 2020) com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$522.291(R\$435.211 em 31 de dezembro de 2020) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 6 - Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

(2) Inclui IRPJ e CSLL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial.

(3) A Medida Provisória nº 1.066, publicada em 03 de setembro de 2021, prorrogou o prazo de recolhimento das contribuições para o PIS/PASEP, COFINS e contribuições previdenciárias, para as empresas distribuidoras de energia elétrica, relativos às competências dos meses de agosto, setembro e outubro de 2021 para vencimento na competência de novembro de 2021..

- **Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso - Programa REFIS- MT - ICMS vencidos até 30 de novembro de 2020**

Em 30 de setembro de 2021, a Controlada EMT aderiu ao PROGRAMA REFIS-MT, previsto no art. 10 da Lei Estadual nº 10.433/16, regulamentada

pelo Decreto nº 704/16, com suas alterações posteriores, relacionadas ao recolhimento a menor do ICMS demanda, ICMS incidente sobre a Tarifa de Uso de Geração Distribuída e de parcela de ICMS de diferencial de alíquota, vencidos até 30 de novembro de 2020, tendo optado pelo pagamento em parcela única dos débitos fiscais nos montantes de R\$223.838 e R\$77.178 e R\$1.477, respectivamente, conforme segue:

Origem	ICMS Demanda ⁽¹⁾	ICMS Geração Distribuída ⁽²⁾	ICMS Diferencial de alíquota ⁽³⁾	Total
ICMS - Valor principal	89.350	58.381	1.000	148.731
Atualização monetária	134.488	17.395	440	152.323
Juros	-	644	22	666
Multas	-	758	15	773
Pagamento a vista de créditos fiscais	223.838	77.178	1.477	302.493

• **ICMS recolhido por espontaneidade vencidos a partir de 01 de dezembro de 2020 a 31 de março de 2021.**

A controlada EMT, após análise efetuada pelos seus consultores jurídicos e tributários tomou decisão de efetuar recolhimento de forma espontânea relacionado ao ICMS da Geração distribuída correspondente ao período de dezembro/2020 a março/2021, conforme segue:

Origem	ICMS Demanda	ICMS Geração Distribuída	ICMS Diferencial de alíquota	Total
ICMS - Valor principal	-	22.213	-	22.213
Atualização monetária	-	1.628	-	1.628
Juros	-	1.548	-	1.548
Multas	-	4.768	-	4.768
Pagamento a vista de créditos fiscais - ICMS	-	30.157	-	30.157
Total dos recolhimentos de ICMS	223.838	107.335	1.477	332.650

- (1) **ICMS Demanda:** processos decorrentes de autuações do Estado de Mato Grosso sob o argumento de que a controlada EMT cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. A Companhia não havia constituído provisão com base nas avaliações de riscos atribuídas pelos seus consultores jurídicos. O valor do principal de R\$89.350 foi reconhecido em contrapartida a rubrica Consumidores e concessionárias e, constituiu-se uma provisão no valor de R\$81.191 e a diferença de R\$8.159 foi reconhecida com perda efetiva, contabilizados em outras despesas operacionais, enquanto a parcela correspondente a atualização monetária no montante de R\$134.488 foi contabilizada em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período.
- (2) **ICMS de geração distribuída:** trata de ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD). A controlada EMT registrou na rubrica Consumidores e concessionárias o montante de R\$101.809, no ativo não circulante e uma provisão de perda estimada no valor de R\$2.192 em contrapartida de outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período em face de tratar-se de parcela em controversa. Os valores apurados de R\$107.335 correspondem a parcela de R\$77.178 com vencimento até 30 de novembro de 2020 o que possibilitou o ingresso no REFIS Estadual e o montante de R\$30.157, pago por espontaneidade, corresponde ao período de dezembro/2020 a março/2021. Do total pago por espontaneidade, R\$4.768 foram reconhecidos como provisão de provável perda em outras despesas financeiras.
- (3) **ICMS diferencial de alíquota:** corresponde a parcela de diferencial de alíquota incidentes sobre operações de materiais e equipamentos adquiridos de outros estados, tendo sido contabilizados o montante de R\$1.000 em outros créditos no ativo circulante e os juros, as multas e a correção monetária de R\$477 em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período.

As multas, juros e atualização monetária, foram contabilizadas em outras despesas financeiras no resultado do período, deduzidas das reduções do Programa Refis de R\$461.567.

25. Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS, conforme demonstrado abaixo

Descrição	ICMS
Principal	91.786
Multa	4.589
Juros	6.869
Total parcelado	103.244
Forma de adesão	Ordinário
Índice de atualização	SELIC
Vigência do parcelamento	04/2013 a 05/2023

A movimentação do período está demonstrada abaixo

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Saldo iniciais l em 31/12/2020 e 31/12/2019	37.278	50.517
Atualização	2.825	5.216
Baixas	(13.841)	(18.455)
Saldos finais em 30/09/2021 e 31/12/2020	26.262	37.278
Circulante	17.314	17.313
Não Circulante	8.948	19.965
Número de parcelas a vencer	20	29

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	30/09/2021
2021	4.523
2022	16.807
Após 2023	4.932
Total	26.262
Circulante	17.314
Não circulante	8.948

26. Encargos setoriais - consolidado

	30/09/2021	31/12/2020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.720	-
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	5.381	4.091
Ministério de Minas e Energia - MME	2.672	2.026
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	15.463	5.667
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	100.619	109.173
Programa de Eficiência Energética - PEE	128.091	141.683
Total	278.946	262.640
Circulante	202.132	129.853
Não circulante	76.814	132.787

Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A participação de cada um dos programas está

definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 0673 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de Ordens de serviços em curso no ativo circulante, até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

27. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias - consolidado

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, tributária e regulatória.

Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

Controladora	31/12/2020
Saldos iniciais - não circulante 31/12/2019	617
Reversões de provisões	(622)
Atualização monetária	5
Saldos finais - não circulante 31/12/2020	-
Depósitos e cauções vinculados (*)	-

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$29.918 (R\$28.533 em 31 de dezembro de 2020) que não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	30/09/2021	31/12/2020
Saldos iniciais - não circulante 31/12/2020 e 31/12/2019	100.857	181.896	3.207	21.700	307.660	292.551
Constituições de provisões	40.415	84.874	2	4.578	129.869	180.000
Reversões de provisões	(37.046)	(53.592)	(856)	(4.515)	(96.009)	(95.144)
Pagamentos realizados	(27.320)	(51.754)	-	-	(79.074)	(84.470)
Atualização monetária	4.572	9.941	1.332	1.963	17.808	14.723
Saldos finais - não circulante 30/09/2021 e 31/12/2020	81.478	171.365	3.685	23.726	280.254	307.660
Cauções e depósitos vinculados (*)					(37.471)	(38.947)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$252.400 (R\$237.823 em 31 de dezembro de 2020). Deste total, R\$52.918 (R\$43.845 em 31 de dezembro de 2020) correspondem aos depósitos correspondentes ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que se encontram em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais e R\$162.011 (R\$155.031 em 31 de dezembro de 2020), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Horas extras e reflexos; (ii) sobreaviso e reflexos; (iii); (iv) verbas Rescisórias e Contratuais; (v) adicional periculosidade e; (vi) vínculo empregatício. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pelas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; e (ix) Acidentes com terceiros.

Inclui ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

• Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

• Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Controladora	Cíveis	Fiscais	30/09/2021	31/12/2020
Saldos iniciais em 31/12/2020 e 31/12/2019	47.068	13.808	60.876	52.123
Mudança de prognósticos e valor pedido	2.481	-	2.481	9.311
Encerramento	-	(1.599)	(1.599)	(2.409)
Atualização monetária	3.618	269	3.887	1.851
Saldos finais em 30/09/2021 e 31/12/2020	53.167	12.478	65.645	60.876

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	30/09/2021	31/12/2020
Saldos iniciais em 31/12/2020 e 31/12/2019	105.800	1.313.059	1.499.447	24.515	2.942.821	2.830.075
Novos processos	13.566	120.256	10.612	15.600	160.034	363.849
Mudança de prognósticos e valor pedido	(4.005)	(38.963)	(116.797)	-	(159.765)	(160.554)
Encerramento	(14.132)	(60.926)	(665.684)	(2.394)	(743.136)	(190.455)
Atualização monetária	7.709	98.070	24.900	756	131.435	99.906
Saldos finais em 30/09/2021 e 31/12/2020	108.938	1.431.496	752.478	38.477	2.331.389	2.942.821

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia.

Principais processos:

Rede Energia

. Ação de execução por quantia certa, 01415375820128260100, com montante envolvido de R\$50.431 (R\$46.920 em 31 de dezembro de 2020), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$351.260 (R\$326.806 em 31 de dezembro de 2020) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem. Autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$81.297 (R\$75.637 em 31 de dezembro de 2020), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$46.070 (R\$42.863 em 31 de dezembro de 2020), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$39.791 (R\$37.021 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R\$33.077 (R\$30.774 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$196.263 (R\$182.600 em 31 de dezembro de 2020), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$72.868 (R\$67.795 em 31 de dezembro de 2020), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice

de reposicionamento tarifário da controlada EMS, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

ETO

Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$38.753 (R\$36.055 em 31 de dezembro de 2020) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; e (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (vi) escrituração de documento fiscal, (vii) multa não escrituração CIAP, (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda e (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

Principais processos:

EMT

. Em 30 setembro de 2021 foram quitados no Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso - Programa REFIS-MT, os processos que envolviam a exigência ICMS incidentem sobre demanda de energia que totalizavam R\$663.912 (R\$652.495 em 31 de dezembro de 2020). Esses processos eram decorrentes de autuações por suposta falta de recolhimento do imposto no cumprimento de decisões judiciais. Diante da oportunidade apresentada no REFIS, custos envolvidos com a gestão deste contencioso e a possibilidade de recuperação dos valores liquidados em ação de regresso, foi realizada a adesão ao Programa.

. Processo nº 14094.720008/2018-36, no montante de R\$86.127 (R\$84.306 em 31 de dezembro de 2020) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$121.126 (R\$118.952 em 31 de dezembro de 2020), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Foi apresentada garantia ao débito fiscal.

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de R\$75.157 (R\$65.369 em 31 de dezembro de 2020), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS Estado do Mato Grosso, recebida em dezembro de 2020.

. A totalidade dos processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, decorrentes de operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente (R\$131.910 em 31 de dezembro de 2020), tiveram o prognóstico alterado para remoto em razão da decisão do STF na ADI nº 4.623/MT, que reconheceu a inconstitucionalidade do art. 25 da Lei nº 7.098/1998 do Mato Grosso, que vedava a apropriação do crédito do diferencial de alíquota de ICMS.

EMS

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R\$74.204 (R\$72.751 em 31 de dezembro de 2020), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante

envolvido de R\$163.167 (R\$159.717 em 31 de dezembro de 2020). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

• Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

28. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO e ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue as movimentações ocorridas no período:

	30/09/2021	31/12/2020
Saldos iniciais em 31/12/2020 e 31/12/2019	115.459	93.743
Adição no período	46.715	24.210
Atualização monetária e juros	31.511	41.281
Baixas/pagamentos	(65.914)	(43.775)
Saldos finais em 30/09/2021 e 30/09/2020	127.771	115.459
Circulante	82.267	69.955
Não circulante	45.504	45.504

29. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Participações Empregados	-	-	5.155	61.242
Outros Benefícios a empregados	-	-	11.291	5.503
Entidade Seguradora	-	-	28	4.189
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	-	29.936	25.564
Adiantamentos de clientes	152	152	60.522	35.658
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	16.822	16.822
Encargos Tarifários	-	-	563	444
Transferência de Ativos Global Energia Elétrica	-	-	10.468	10.468
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso ^(*)	-	-	44.320	43.340
Efeitos da Redução do ICMS na base de PIS/COFINS ⁽¹⁾	-	-	2.391.455	277.677
Credores Recuperação Judicial	-	-	68.349	75.545
Outras contas a pagar	293	293	82.219	96.157
Total	445	445	2.733.329	664.810
Circulante	292	292	157.741	204.225
Não Circulante	153	153	2.575.588	460.585

^(*) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil)

Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

(1) Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - Consolidado

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido em julho de 2019 referente a ETO, em maio de 2020, referente a ESS, especificamente relacionado a Cia Força e Luz do Oeste, incorporada em julho/2017 e em setembro de 2021, remete a EMT. Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas diretas ETO, ESS, EMT e EMS constituíram ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$2.397.885 (R\$280.655 em 31 de dezembro de 2020) e passivo de R\$2.391.455 (R\$277.645 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos incidentes. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O resumo dos impactos são como segue:

Consolidado	30/09/2021		31/12/2020	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Tributos a recuperar				
Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS ⁽¹⁾	2.397.885	-	280.655	-
Créditos Habilitados - Valores compensados de PIS COFINS	-	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins ⁽²⁾	-	(2.433.616)	-	(277.645)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores ⁽³⁾	-	42.161	-	-
Total do ativo e passivo não circulante	2.397.885	(2.391.455)	280.655	(277.645)

(1) As controladas que já tiveram suas ações transitadas em julgado iniciaram a compensação dos créditos em maio de 2021 e totaliza o montante de R\$59.984.

(2) Deduzidos de R\$11.393(R\$3.010 em 31 de dezembro de 2020) referente aos custos incorridos com advogados, consultores e tributos.

(3) A ANEEL, através das Notas Técnicas nº 143/2021-SGT/ANEEL de 28 de junho de 2021 e nº 150/2021-SGT/ANEEL de 05 de julho de 2021, que homologaram a revisão tarifária e reajustes tarifários das controladas ETO e ESS, respectivamente, incorporou em suas tarifas de energia elétrica os montantes de créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS em suas tarifas de energia, tendo em vista o trânsito em julgado de suas ações judiciais, nos montantes de R\$12.981 e de R\$ 29.180, resultando nas reduções de (ETO - 0,95%) e (ESS -1,56%) a serem repassados aos consumidores. Em 30 de setembro de 2021 os valores foram reclassificados para a rubrica de passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores em consonância ao OCPC08.

Demonstração do resultado do período	Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita operacional bruta				
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	-	(1.719.001)	(7.872)	(43.715)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	1.719.001	7.872	43.715
Resultado financeiro				
Outras Receitas financeiras				

Demonstração do resultado do período	Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	20.928	458.213	1.259	13.681
Outras Despesas financeiras				
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	(20.928)	(458.213)	(1.259)	(13.681)
Resultado apurado	-	-	-	-

30. Patrimônio líquido

30.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$3.223.218 (R\$3.223.218 em 31 de dezembro de 2020), representando por 2.110.323 ações ordinárias (2.110.323 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020), sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$445.814 com emissão de 52.448.744 novas ações ordinárias, em face do encerramento em 17 de abril de 2020 do prazo para exercício do direito de preferência com a subscrição e integralização de valor superior ao montante mínimo, com utilização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$445.310 e de R\$504 em moeda corrente do país, passando o capital social da Companhia a ser de R\$3.223.218, representado por 2.110.323.374 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

30.2. Reserva de Capital

	30/09/2021	31/12/2020
Transação entre sócios ⁽¹⁾	10.926	4.595
Incentivos fiscais de Reinvestimentos ⁽²⁾	2.939	2.939
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	5.553	4.394
Total	19.418	11.928

(1) Inclui ganhos e perdas apurados pelo aumento de percentual de participação no capital social de controladas e de distribuição de dividendos diferenciados atribuídos às ações ordinárias e preferências de controladas.

Transações entre sócios	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial - 31/12/2020 e 31/12/2019	4.595	11.634
Transações entre sócios - reflexo (*)	6.331	(7.039)
Saldo final - 30/09/2021 e 31/12/2020	10.926	4.595

(*) Inclui parcela reflexa do percentual de participação nas controladas ESS, EMS, Rede Power, EMT, ETO, Multi Energisa, QMRA e CTCE, referente a transações contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(2) Incentivos fiscais de reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDAM à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDAM, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDAM, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação.

(3) Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 13 - Transações com partes relacionadas).

30.3. Reservas de lucros - redução de incentivo fiscal (imposto de renda) - controladas

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/09/2021 (*)	31/12/2020
EMT	SUDAM	114/2014	176.665	128.587
ETO	SUDAM	113/2014	49.242	31.369
Total			225.907	159.956

(*) Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

30.4. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março, 24 de junho, 12 de agosto de 2021 respectivamente, aprovou:

- (i) em 11 de março de 2021, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro líquido do exercício de 2020, no montante de R\$669.296 (R\$649.167 referente a dividendos adicionais), equivalentes a R\$0,3171531230597 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados a partir de 26 de março de 2021, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2021.
- (ii) em 24 de junho de 2021, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do período findo em 31 de março de 2021, apurados no balanço levantado pela Companhia em 31 de março de 2021, no montante de R\$341.473 e dividendos com base no saldo de reservas de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$291.624, totalizando, portanto, uma distribuição de dividendos no montante de R\$633.097, equivalentes a R\$0,30 por ação ordinária do capital social. Os dividendos foram pagos a partir de 08 de julho de 2021.
- (iii) em 12 de agosto de 2021, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2021, no montante de R\$374.651, equivalentes a R\$0,1775327645 por ação ordinária do capital social. Os dividendos foram pagos a partir de 26 de agosto de 2021.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento

na demonstração do fluxo de caixa.

31. Receita operacional - consolidada

	30/09/2021				30/09/2020			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	3.342.282	5.923.336	1.797.271	5.189.002	3.240.739	5.835.256	1.505.664	4.469.840
Industrial	30.468	887.679	291.742	762.011	31.016	997.587	259.888	731.391
Comercial	275.825	2.438.011	783.885	2.214.197	268.873	2.538.971	641.858	2.024.948
Rural	395.919	1.925.567	564.093	1.393.311	391.487	1.914.293	443.246	1.154.611
Poder público	35.613	559.968	179.333	485.030	35.308	563.693	133.317	432.725
Iluminação pública	5.121	715.473	142.747	398.316	5.098	668.912	104.412	305.813
Serviço público	5.094	371.132	105.652	278.286	4.918	413.225	89.454	260.297
Consumo próprio	958	18.765	-	-	958	18.086	-	-
Subtotal	4.091.280	12.839.931	3.864.723	10.720.153	3.978.397	12.950.023	3.177.839	9.379.625
Suprimento de energia a concessionárias	-	1.776.506	354.952	597.136	-	1.449.005	44.655	165.312
Fornecimento não faturado líquido	-	(32.994)	247.450	373.799	-	2.754	157.500	105.660
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1.123	-	419.208	1.147.192	798	-	334.061	928.753
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	408.863	933.322	-	-	201.054	579.755
Serviços Especializados	-	-	4.000	11.764	-	-	3.797	10.908
Penalidades regulatórias	-	-	(5.382)	(39.713)	-	-	(6.439)	(37.092)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	-	-	-	(1.719.001)	-	-	7.872	43.715
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	-	1.719.001	-	-	(7.872)	(43.715)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	162.666	325.380	-	-	39.586	46.534
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-	(11.868)	(11.868)
(-) Excedentes de demanda	-	-	-	-	-	-	(12.082)	(12.082)
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	471.555	1.248.876	-	-	65.254	94.469
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	236.108	651.049	-	-	217.313	668.245
Outras receitas operacionais	-	-	59.054	127.630	-	-	25.574	75.280
Total - receita operacional bruta	4.092.403	14.583.443	6.223.197	16.096.588	3.979.195	14.401.782	4.236.244	11.993.499

RESULTADOS 3º TRIMESTRE DE 2021



	30/09/2021				30/09/2020			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Deduções da receita operacional:								
ICMS	-	-	959.383	2.655.239	-	-	783.766	2.302.759
PIS	-	-	77.226	221.964	-	-	66.157	188.391
COFINS	-	-	355.707	1.022.381	-	-	304.725	867.742
CPRB	-	-	360	1.061	-	-	361	1.038
ISS	-	-	596	1.623	-	-	504	1.520
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT ⁽²⁾	-	-	(12.487)	(28.005)	-	-	(9.132)	(14.888)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	15.403	39.181	-	-	10.193	28.580
Encargos de consumidor - Procel	-	-	3.851	9.795	-	-	2.549	7.145
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	327.696	982.728	-	-	256.710	770.132
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	7.704	19.592	-	-	5.097	14.291
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	7.704	19.592	-	-	5.097	14.291
Ministério das Minas e Energisa - MME	-	-	3.851	9.795	-	-	2.549	7.145
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	5.184	14.323	-	-	4.026	11.491
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.752.178	4.969.269	-	-	1.432.602	4.199.637
Total - receita operacional líquida	4.092.403	14.583.443	4.471.019	11.127.319	3.979.195	14.401.782	2.803.642	7.793.862

(1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Deduções bandeiras tarifárias - CCRTB - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as Bandeiras tarifárias no período findo em 30 de setembro de 2021, foram de R\$620.267 (R\$10.539 em 30 de setembro de 2020) tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante de R\$28.005 (R\$14.888 em 30 de setembro de 2020). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$648.272 (R\$25.427 em 30 de setembro de 2020).

32. Energia elétrica comprada para revenda - consolidado

	Consolidado					
	MWh ⁽¹⁾		Energia elétrica compras para revenda			
	30/09/2021	30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Energia de Itaipú - Binacional	2.366.914	2.323.853	458.190	1.077.564	297.183	826.113
Energia de leilão	6.975.318	6.796.850	715.959	1.840.530	452.500	1.432.730
Energia bilateral e outros suprimentos	3.265.025	3.507.522	328.919	957.736	291.548	878.629
Reembolso CCC	-	-	(8.631)	(23.779)	(574)	(574)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	510.558	491.953	42.055	130.578	50.611	144.789
Energia de curto prazo - CCEE	60.924	209.367	444.184	894.010	52.740	163.119
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	3.656.340	3.448.203	405.378	767.816	144.373	427.540
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	310.612	302.407	48.539	145.616	37.980	113.941
Energia de Reserva - ERR	-	-	(11.521)	53.162	41.963	67.014
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(214.868)	(524.348)	(126.569)	(374.930)
Total	17.145.691	17.080.155	2.208.204	5.318.885	1.241.755	3.678.371

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

33. Outros resultados - consolidado

	Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Outras Receitas:				
Ganhos na alienação/desativação	5.729	22.132	7.021	15.235
Receita com cessão de créditos ao FIDC ^(a)	-	63.641	-	-
Outras	2.009	4.650	20.592	18.162
Total	7.738	90.423	27.613	33.397
Outras Despesas:				
Perdas na alienação/desativação	(25.017)	(76.581)	(33.785)	(64.263)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS/ICMS)	(5.307)	(11.689)	2.470	(6.446)
Efeitos oriundos a adesão ao REFIS ICMS Demanda ^(b)	(89.350)	(89.350)	-	-
Outras	(789)	-	-	-
Total	(120.463)	(177.620)	(31.315)	(70.709)

^(a) Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento

Em janeiro de 2021, as controladas da Companhia realizaram cessão de créditos inadimplidos para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S.A. A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs. Os valores no montante de R\$148.859 foram totalmente recebidos em 12 de janeiro de 2021.

Os títulos estavam em sua maioria totalmente provisionados trazendo efeitos positivos na demonstração de resultado do período conforme segue

Descrição das operações	30/09/2021
Valor justo dos títulos cedidos	148.859
Reversão da perda esperada com a provisão de devedores duvidosos	176.789
Custo dos títulos cedidos (*)	(262.007)
Efeitos - outros resultados	63.641
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	76.872
Despesas Financeiras - Ajuste a valor presente	7
Efeitos apurados	140.520

(*) Segue a composição dos títulos cedidos: (i) títulos e créditos a receber - R\$70.608: na controlada EMT, cessão dos títulos precatórios da Prefeitura Municipal de Cáceres e do Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG; na controlada ESS, Multicabo, cessão dos títulos precatórios da Prefeitura Municipal de Regente Feijó e Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau; na controlada ETO; cessão dos títulos precatórios da Prefeitura Municipal de Divinópolis, Prefeitura Municipal de Porto Nacional, Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus, Prefeitura Municipal de Colmeia, Prefeitura Municipal de Santa Fé do Araguaia, Prefeitura Municipal de Miranorte, Prefeitura Municipal de Cachoeirinha e Prefeitura Municipal de Taguatinga; (ii) outros créditos (nota explicativa nº 7 - Títulos de créditos a receber e nº 12 - Outros créditos) - R\$176.791 nas controladas EMT, EMS e ESS: cessão do recebível da ação judicial contra o Banco Daycoval (processo referente a valor transferido indevidamente pelo Banco para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira), R\$7.240 Multicabo (crédito com terceiros oriundos de uso mútuo de poste); e (iii) nas controladas EMT, ETO, ESS e EMS contas de energia elétrica no valor de R\$7.368.

(b) **Efeitos oriundos a adesão ao REFIS ICMS Demanda:** refere-se a provisão para perda no valor de R\$81.191 e perda efetiva no montante de R\$8.159, conforme nota explicativa nº 5 - Consumidores e concessionárias.

34. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			30/09/2021	31/12/2020
Riscos Operacionais	22/11/2021	90.000	2.670	2.670
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2021	90.000	1.881	1.881
Auto - Frota	23/10/2021	Até 360/veículo	354	383
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	127.829	1.236	1.196
Transporte Nacional	04/04/2022	Até 2.000/viagem	87	74
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	200	200
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	883/drone	15	15
			6.443	6.419

(*) Importância Segurada relativa ao mês de agosto/2021 e projeção de prêmio anualizado.

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período foram de R\$325.380 (R\$46.534 em 30 de setembro de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 15 - Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/09/2021		31/12/2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		8.838	8.838	101.361	101.361
Créditos com partes relacionadas		374	374	352	352
		<u>9.212</u>	<u>9.212</u>	<u>101.713</u>	<u>101.713</u>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	217.381	217.381	480.132	480.132
		<u>217.381</u>	<u>217.381</u>	<u>480.132</u>	<u>480.132</u>
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		125	125	130	130
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		258.089	258.089	236.032	236.032
Débitos com partes relacionadas		206.678	206.678	197.186	197.186
		<u>464.892</u>	<u>464.892</u>	<u>433.348</u>	<u>433.348</u>

Consolidado					
	Nível	30/09/2021		31/12/2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		318.624	318.624	749.705	749.705
Clientes, consumidores e concessionárias		3.977.909	3.977.909	3.217.724	3.217.724
Títulos de créditos a receber		12.889	12.889	25.113	25.113
Ativos financeiros setoriais		1.529.261	1.529.261	280.103	280.103
		5.838.683	5.838.683	4.272.645	4.272.645
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.351.040	1.351.040	3.216.830	3.216.830
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	5.197.393	5.197.393	4.577.085	4.577.085
Instrumentos financeiros derivativos	2	780.563	780.563	1.004.351	1.004.351
		7.328.996	7.328.996	8.798.266	8.798.266
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		1.679.881	1.679.881	1.288.413	1.288.413
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		9.275.788	9.266.861	9.152.467	9.157.039
Débitos com partes relacionadas		210.508	210.508	199.811	199.811
Parcelamento de impostos		26.262	26.262	37.278	37.278
Passivos financeiros setoriais		725.573	725.573	700.287	700.287
Arrendamentos operacionais		14.363	14.363	27.073	27.073
		11.932.375	11.923.448	11.405.329	11.409.901
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	117.150	117.150	8.666	8.666
		117.150	117.150	8.666	8.666

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como “hedge accounting”. Em 30 de setembro de 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$126.777 (R\$5.950 em 30 de setembro de 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de setembro de 2021 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$5.734 (R\$200 em 30 de setembro de 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Dívida ⁽¹⁾	9.275.788	9.152.467
Partes Relacionadas ⁽³⁾	210.508	199.811
Caixa e equivalentes de caixa	(318.624)	(749.705)
Dívida líquida	9.167.672	8.602.573
Patrimônio líquido ⁽²⁾	3.706.949	4.196.532
Índice de endividamento líquido	2,47	2,04

- (1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e nº 22 - Debêntures (não conversíveis em ação).
- (2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.
- (3) Conforme detalhamento na nota explicativa nº 13 - Transações com partes relacionadas.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		125	-	-	-	-	125
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	-	4.330	9.645	14.481	207.402	235.858
Total		125	4.330	9.645	14.481	207.402	235.983

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.607.275	-	-	-	72.606	1.679.881
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	5,13%	969.300	1.165.999	4.619.855	2.427.213	2.902.919	12.085.286
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.519	(155.613)	(415.922)	(77.179)	(22.218)	(663.413)
Total		2.584.094	1.010.386	4.203.933	2.350.034	2.953.307	13.101.754

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	5.1	8.838	101.361	318.624	749.705
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	217.381	480.132	1.351.040	3.216.830
Clientes, consumidores e concessionárias	6	-	-	3.977.909	3.217.724
Títulos de créditos a receber	7	-	-	12.889	25.113
Ativo financeiro setorial	11	-	-	1.529.261	280.103
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	5.197.393	4.577.085
Instrumentos financeiros derivativos	35	-	-	780.563	1.004.351
Créditos com partes relacionadas	13	374	352	-	-

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e 22 - Debêntures (não conversíveis em ação), é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis as variações dos passivos atrelados a moedas estrangeira, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período de 30 de setembro de 2021 com alta de 4,67% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R\$5,4394/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2021 era de 12,32%, enquanto em 31 de dezembro de 2020 era de 14,12%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 30 de setembro de 2021 com baixa de 1,25% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R\$6,2983/Euro. A volatilidade do Euro era de 11,40% em 30 de setembro de 2021.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2021, de R\$9.307.309 (R\$9.186.828 em 31 de dezembro de 2020), cerca de R\$2.074.668 (R\$2.241.856 em 31 de dezembro de 2020) estão representados em moedas estrangeiras conforme nota explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e nº 22 - Debêntures (não conversíveis em ação). As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custo máximo de 2,20% ao ano mais variação cambial e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em junho de 2024.

O balanço patrimonial consolidado apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Ativo circulante	265.244	393.708
Ativo não circulante	515.319	610.643
Total do ativo	780.563	1.004.351
Passivo circulante	117.150	8.666
Passivo não circulante	-	-
Total do passivo	117.150	8.666

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Resolução 4131 - Citibank	7.175	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	7.175	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	12/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,4200%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	45.875	USD + 2,00%	CDI + 1,50%	01/09/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.000	(Libor + 1,18%) x 117,65%	CDI + 1,63%	28/08/2023	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	7.214	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	7.214	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.314	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	27.053	(Libor + 1,16%) x 117,65%	CDI + 1,75%	29/06/2024	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	5.598	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	5.598	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
ENERGISA SUL SULDESTE					
Resolução 4131 - Citibank	3.428	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	3.428	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EURO + 0,85%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2020	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	73.311	IPCA + 4,475	CDI + 1,78%	15/04/2024	N.A.
BAML x EMT	64.107	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	15/10/2026	N.A.
ETO					
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	55.648	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BAML x ETO	7.339	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A.
ESS					
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	55.648	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BAML x ESS	7.339	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A.
EMS					
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	69.586	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BAML x EMS	9.163	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de setembro de 2021:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2021	31/12/2020		30/09/2021	31/12/2020
Dívida designada para “Fair Value Option”	1.662.569	1.562.363	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.067.457)	(2.242.861)
Swap Cambial (Derivativo)	1.662.569	1.562.363	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	2.067.457	2.242.861
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.678.201)	(1.567.336)
			Posição Líquida Swap	389.256	675.525
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.678.201)	(1.567.336)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo, (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2021	31/12/2020		30/09/2021	31/12/2020
Dívida (Objeto de Hedge)*	1.565.090	1.222.950	Taxa Pré-Fixada	(1.503.772)	(1.547.782)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	1.565.090	1.222.950	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	1.855.145	1.551.624
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.580.988)	(1.231.464)
			Posição Líquida Swap	274.157	320.160
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.229.615)	(1.227.622)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e nº 22 - Debêntures (não conversíveis em ação) e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.662.569)		(1.411.090)	(1.865.084)	(2.319.078)
Varição Dívida	-		251.480	(202.515)	(656.509)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	2.067.457	Alta Câmbio	1.815.977	2.269.972	2.723.966
Derivativos - USD e LIBOR					
Varição - USD e LIBOR	-		(251.480)	202.515	656.509
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(1.678.201)		(1.678.201)	(1.678.201)	(1.678.201)
Derivativos - Taxa de Juros CDI					
Subtotal	389.256		137.776	591.771	1.045.765
Total Líquido	(1.273.313)		(1.273.313)	(1.273.313)	(1.273.313)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2021 atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$1.273.313 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos; dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$1.273.313 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros 30 de setembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.565.090)		(1.565.090)	(1.565.090)	(1.565.090)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	1.855.145	Alta CDI	1.855.145	1.855.145	1.855.145
Derivativos - Pré					
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(1.580.988)		(1.580.988)	(1.647.002)	(1.712.429)
Derivativos - CDI					
Varição - CDI	-		- 0,00	(66.014)	(131.441)
Subtotal	274.157		274.157	208.143	142.716
Total Líquido	(1.290.933)		(1.290.933)	(1.356.947)	(1.422.374)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,528 %, IPCA = 6,90 %, INCP = 7,21% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.501.622	Alta CDI	114.273	142.841	171.410
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(1.678.201)	Alta CDI	(127.711)	(159.639)	(191.567)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.552.502)	Alta CDI	(270.345)	(337.931)	(405.518)
	(2.753.681)	Alta IPCA	(190.004)	(237.505)	(285.006)
	(16.449)	Alta INPC	(1.186)	(1.483)	(1.779)
	(644.894)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (*)	(8.645.727)		(589.246)	(736.558)	(883.870)
Total - perdas (*)	(7.144.105)		(474.973)	(593.717)	(712.460)

(*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2022 (7,61% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2021 TR 0,00%, INPC 7,21% e IPCA 6,90%.

Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$661.582.

36. Benefícios pós emprego - consolidado

Plano de Aposentadoria e Pensão

A controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo em 30 de setembro de 2021, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$12.038 (R\$11.892 em 30 de setembro de 2020) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado.

Prêmio e Gratificação de aposentadoria

A controlada ETO, em Acordo Coletivo de Trabalho, concede aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

No período findo em 30 de setembro de 2021, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$25 (R\$46 em 30 de setembro de 2020) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado.

Plano de saúde

As controladas mantêm benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses

prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No período findo em 30 de setembro de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R\$36.694 (R\$43.736 em 30 de setembro de 2020) no consolidado. Inclui R\$4.767 (R\$4.816 em 30 de setembro de 2020) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

37. Compromissos - consolidado

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia (*)					
	Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	219.724	877.141	867.286	848.511	10.091.418
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	563.001	2.169.460	2.097.018	2.115.546	18.760.094
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	119.046	444.974	435.723	422.744	6.090.036
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2021 a 2054	312.125	1.117.574	1.113.238	1.095.587	13.337.061
		1.213.896	4.609.149	4.513.265	4.482.388	48.278.609

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo em 30 de setembro de 2021, foram homologados pela ANEEL.

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/09/2021	30/12/2020
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	317.419	553.886
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	325.380	165.871
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	108.342	50.518
Incorporação de redes - transferência de obrigações especiais	46.715	24.210
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	(5.465)	10.510
Outras Contas a pagar - repactuação déficit atuarial	16.418	-
Tributos a recuperar - Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	(2.117.230)	57.395
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	108.342	50.518
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	46.715	24.210
Intangível - CPC 06 (R2)	(5.465)	10.510
Atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos - repactuação déficit atuarial	16.418	-

39. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação.

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro líquido do período - controladora	1.159.842	579.631
Média ponderada em milhares de ações	2.110.323	2.092.840
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ ^(*)	0,55	0,28
Lucro líquido do período - consolidado	1.574.135	769.297
Resultado da operação continuada		
Acionistas da controladora	1.159.842	579.631

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor

40. Eventos subsequentes

40.1 Emissão de debêntures

As controladas diretas EMT e EMS emitiram debêntures em moeda corrente em série única com remuneração de IPCA mais 6,0872% ao ano, conforme segue no quadro abaixo, os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 29 de outubro de 2021 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade das emissoras.

Emissora	Emissão	Data Emissão	Valor	Vencimento
EMT	14 ^a	15/10/2021	350.000	15/10/2031
EMS	16 ^a	15/10/2021	320.000	15/10/2031
Total			670.000	

40.2 Antecipação de dividendos do exercício de 2021 - Controladas

As subsidiárias abaixo, aprovaram em 10 (EMT) e 11 (EMS, ETO e ESS) de novembro de 2021, a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2021, com base na posição acionária da Companhia em 11 (EMS, ETO e ESS) e 16 (EMT) de novembro de 2021, respeitadas as negociações em bolsa até essa data.

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
Dividendos:			
Energisa Mato Grosso	190.516	0,87016458879 ON/PN	Em 09 de dezembro de 2021
Energisa Mato Grosso do Sul	168.736	260,79175932552 ON	A partir de 12 de novembro de 2021
Energisa Tocantins	64.565	99,08430755890 ON/PN	A partir de 12 de novembro de 2021
Energisa Sul Sudeste	42.348	436,07167940110 ON	A partir de 12 de novembro de 2021

40.1 Antecipação de dividendos do exercício de 2021

Companhia

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de novembro de 2021, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2021, no montante de R\$ 385.726, equivalentes a R\$0,182780401280 por ação ordinária do capital social. Os dividendos serão pagos em 10 de dezembro de 2021 e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 17 de novembro de 2021, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

Controladas

As subsidiárias abaixo, aprovaram em 10 (EMT) e 11 (EMS, ETO e ESS) de novembro de 2021, a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2021, com base na posição acionária da Companhia em 11 (EMS, ETO e ESS) e 16 (EMT) de novembro de 2021, respeitadas as negociações em bolsa até essa data.

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
Energisa Mato Grosso	190.516	0,87016458879 ON/PN	Em 09 de dezembro de 2021
Energisa Mato Grosso do Sul	168.736	260,79175932552 ON	A partir de 12 de novembro de 2021
Energisa Tocantins	64.565	99,08430755890 ON/PN	A partir de 12 de novembro de 2021
Energisa Sul Sudeste	42.348	436,07167940110 ON	A partir de 12 de novembro de 2021

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Maurício Perez Botelho
Suplente

Diretoria Executiva

Ricardo Perez Botelho
Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Vicente Cortes de Carvalho
Contador
CRC-MG 042523/O-7